



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA  
AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (ICSA)  
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**JOSÉ CARLOS PINHEIRO DA SILVA**

**ANÁLISE DOS ÍNDICES FIRJAN DE  
DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (IFDM) E GESTÃO  
FISCAL (IFGF) DOS 10 MUNICÍPIOS DO CEARÁ COM  
MENOR IFDM NO ANO BASE DE 2016**

**REDENÇÃO/ CE**

**2021**

**JOSÉ CARLOS PINHEIRO DA SILVA**

**ANÁLISE DOS ÍNDICES FIRJAN DE  
DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (IFDM) E GESTÃO  
FISCAL (IFGF) DOS 10 MUNICÍPIOS DO CEARÁ COM  
MENOR IFDM NO ANO BASE DE 2016.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Administração Pública presencial do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito básico para obtenção de aprovação do curso.

**ORIENTADOR:** Prof. Dr. Alexandre Oliveira Lima

REDENÇÃO/CE  
2021

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Sistema de Bibliotecas da UNILAB  
Catalogação de Publicação na Fonte.

---

Silva, José Carlos Pinheiro da.

S586a

Análise dos Índices Firjan de Desenvolvimento Municipal IFDM e Gestão Fiscal IPGF dos 10 Municípios do Ceará com menor IFDM no ano base de 2016 / José Carlos Pinheiro da Silva. - Redenção, 2021.  
56f: il.

Monografia - Curso de Administração Pública - Semestral,  
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração  
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2021.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Oliveira Lima.

1. Desenvolvimento Municipal. 2. Gestão Fiscal. 3. Tributos  
Fiscais. I. Título

CE/UF/BSCA

CDD 658

---

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por toda sabedoria e discernimento que me destes, sem Ele eu nada seria. Glória Patri et Fílio et Spirítui Sancto. Sicut erat in princípio et nunc et semper. Et in sáecula saeculórum. Amem.

Á Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), ao corpo docente e a todos os funcionários desta instituição, o meu muito obrigado por fazer parte da minha jornada.

Ao meu professor e orientador Dr. Alexandre Oliveira Lima, que me auxiliou na realização do presente trabalho, e que me fez, com sua orientação, fazer o melhor na realização do mesmo.

A minha família, que é minha base e sem a qual eu nada seria. Em especial aos meus pais, Maria Josenice e José Maria, que sempre me deram suporte ao longo da minha vida e isso inclui minha graduação. E também a minha avó Fátima, minhas irmãs Camily e Lyvia Vitória.

Aos meus amigos, tantos os antigos como os que fiz na universidade, que de alguma forma fizeram parte e contribuíram nesta jornada. Aos meus colegas da turma 2015.1, tanto aqueles que permaneceram até o fim e aqueles que por algum motivo não chegaram.

A minha turma de sempre, aqueles que estão sempre comigo, meus amigos: Thiago Alves, Jefferson Dias, Robson, Renato Pires, Ellen Erika, Carlinha, Cleysiane Soares e Marcileide.

E aos meus parceiros de trabalho de faculdade: Alexander Lira, Cassiano Reis, Pedro Hudson, Ismael Nascimento e Luciano.

**Enfim, meu muito obrigado!**

## RESUMO

A mensuração do desenvolvimento municipal, feita pelo Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), e a gestão fiscal dos municípios, feita pelo Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF), é tarefa de grande complexidade e, por vezes, difícil devido a imensa quantidade de variáveis que podem influenciar esses dados. O presente trabalho tem por objetivo analisar o IFDM e o IFGF os 10 piores municípios no IFDM no ano base de 2016. A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) é responsável pelo IFDM e pelo IFGF. Foi realizada pesquisa de caráter qualitativo, com base nos dados e documentos disponibilizados pela FIRJAN e também em *sites*, livros, documentos, artigos e relatórios. Encontrou-se, pois, com base nos dados obtidos pela federação, dentre outros resultados, grande ligação entre o IFDM e o IFGF e que, para que haja desenvolvimento municipal, é necessário que haja uma boa gestão fiscal. A pesquisa também evidenciou que a influência da gestão fiscal, representada pelo IFGF não tem, necessariamente, influência imediata no desenvolvimento municipal, mas o índice IFGF desenvolvido é, ao longo do tempo, um dos fatores necessários para o desenvolvimento municipal, representado pelo IFDM. Além disso, o fato do IFGF se mostrar crítico em um município em determinado ano, não quer dizer que, no mesmo ano, este mesmo município terá IFDM com nível de baixo estágio de desenvolvimento. Com isso chega-se à conclusão de que a análise comparativa de índices e anos se faz necessária para a compreensão dos fenômenos correntes nos municípios analisados.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento municipal, Gestão Fiscal, IFDM, IFGF.

## ABSTRACT

The measurement of municipal development, made by the Firjan Municipal Development Index (IFDM), and the fiscal management of municipalities, made by the Firjan Fiscal Management Index (IFGF), is a task of great complexity and, at times, difficult due to the immense amount of variables that can influence this data. The present work aims to analyze the IFDM and IFGF the 10 worst municipalities in the IFDM in the base year of 2016. The Federation of Industries of the State of Rio de Janeiro (FIRJAN) is responsible for the IFDM and the IFGF. Qualitative research was carried out, based on data and documents made available by FIRJAN and also on websites, books, documents, articles and reports. Therefore, based on the data obtained by the federation, among other results, there was a strong link between the IFDM and the IFGF and that, for municipal development, good fiscal management is necessary. The research also showed that the influence of fiscal management, represented by the IFGF does not necessarily have an immediate influence on municipal development, but the developed IFGF index is, over time, one of the necessary factors for municipal development, represented by the IFDM. In addition, the fact that IFGF is critical in a municipality in a given year, does not mean that, in the same year, that same municipality will have IFDM with a low stage of development. With this, it is concluded that the comparative analysis of indexes and years is necessary to understand the current phenomena in the municipalities analyzed.

**Keywords:** Municipal development, Fiscal Management, IFDM, IFGF.

# Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>OBJETIVOS</b> .....	13
<b>1 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONOMICO E DE GESTÃO</b> .....	14
<b>1.1 ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (IFDM)</b> .....	16
<b>1.1.1 IFDM – Emprego e Renda</b> .....	19
<b>1.1.2 IFDM – Educação</b> .....	20
<b>1.1.3 IFDM – Saúde</b> .....	22
<b>1.2 ÍNDICE FIRJAN DE GESTÃO FISCAL (IFGF)</b> .....	23
<b>1.2.1 IFGF – Autonomia</b> .....	26
<b>1.2.2 IFGF – Gastos com Pessoal</b> .....	27
<b>1.2.3 IFGF – Liquidez</b> .....	28
<b>1.2.4 IFGF – Investimentos</b> .....	30
<b>2 METODOLOGIA</b> .....	32
2.1 CARÁTER DA PESQUISA .....	32
2.2 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA .....	33
2.3 COLETA DE DADOS .....	33
<b>3 RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	35
<b>3.1 ANÁLISE E COMPARAÇÃO POR MUNICÍPIO</b> .....	35
<b>3.1.1 Ererê</b> .....	35
<b>3.1.2 Ipaporanga</b> .....	36
<b>3.1.3 Umirim</b> .....	38
<b>3.1.4 Barro</b> .....	39
<b>3.1.5 Ipaumirim</b> .....	40
<b>3.1.6 Tarrafas</b> .....	41
<b>3.1.7 Quixelô</b> .....	41
<b>3.1.8 Aurora</b> .....	42
<b>3.1.9 Cedro</b> .....	44
<b>3.1.10 Itapiúna</b> .....	44
<b>3.2 ANÁLISE E COMPARAÇÃO DOS MUNICÍPIOS POR ÍNDICES</b> .....	45
<b>3.2.1 IFDM</b> .....	45
<b>3.2.1.1 IFDM Consolidado</b> .....	46
<b>3.2.1.2 IFGF</b> .....	47
<b>3.2.1.3 IFGF Consolidado</b> .....	47
<b>4 CONCLUSÃO</b> .....	49





## INTRODUÇÃO

Os municípios possuem cada qual tamanho geográfico e populacional diferentes e por consequência, possuem formas de agir diferentes, como em casos de elaboração e aplicação de políticas públicas e decisões financeiras. Sendo assim, se faz necessário acompanhar e entender como cada um se desenvolve individualmente. É nesse contexto que os índices de desenvolvimento socioeconômico se fazem tão importante e necessários. Como importantes ferramentas, esses índices contribuem para a mensuração de desempenho alcançados por cada município, ou seja, com esses índices é possível saber quais os impactos que as decisões políticas e econômicas causaram, causam e causarão, dentro de um contexto geral e/ou específico.

Existem vários índices e ferramentas que tratam sobre o desenvolvimento socioeconômico de um país, estados e/ou municípios – também de regiões em específico de forma conjunta, ou seja, índices por conjuntos de regiões ao invés de regiões de forma individual – e essas ferramentas e índices são imprescindíveis e são esses os utilizados, por serem considerados muito eficientes no que se dispõem a apresentar. Dentre as ferramentas, mais conhecidas e utilizadas são por exemplo: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que mede o nível de desenvolvimento de um país utilizando-se de alguns indicadores, como por exemplo educação, longevidade e renda; O Produto Nacional Bruto (PNB) que mede tanto as riquezas produzidas no país como também o capital que entra e sai do país; e o Produto Interno Bruto (PIB) que trata da renda a nível nacional.

É importante ressaltar que existem outros índices que ajudam na compreensão de fatores socioeconômicos além dos citados anteriormente, pois com a necessidade de entender os fenômenos, econômicos, políticos, fiscais, foi se fazendo necessário acompanhar esses fenômenos para que pudesse haver melhor tomada de decisão por parte dos gestores.

Mesmo com tais índices, podem ser encontradas algumas dificuldades com esses números quando se trata de estatísticas mais específicas, como no caso do IDH que tem uma por objetivo inicial ser um indicador global, podendo não ter informações mais especificadas quando se trata de regiões mais específicas. E o PIB que tem área de atuação somente no aspecto econômico no desenvolvimento de um país, como também o caso do PNB, só que de maneira e foco diferente do PIB, como citado anteriormente. No entanto, o IDH possui um ramo mais específico sobre índices municipais, que é o Índice de

Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) que segue os mesmos indicadores globais do IDH, mas a nível municipal.

Então, há uma necessidade de índices e ferramentas que sejam apresentados em escala menor, ou seja, índices que ao invés de mostrar indicadores apenas no contexto nacional, ou seja, a nível de país, mostrem indicadores mais específicos, abrangendo especificamente estados, cidades e municípios. Estatísticas individuais de cada região ajudam a entender melhor a situação de cada uma, assim como possível identificar as necessidades e acertos, fator essencial para que os gestores entendam o contexto da região em que estão responsáveis e assim tenham uma melhor tomada de decisão em todos os aspectos da gestão, sejam políticas públicas ou questões financeiras.

Partindo desses pressupostos, o presente estudo se faz importante pelo fato de que entender essas complexidades é um dos fatores primordiais para que haja desenvolvimento e bem estar populacional. Com isso, não só se mostra o quanto os índices disponíveis para estudo são importantes, mas também mostra o quanto os mesmos podem ser úteis para entender os problemas que envolvem as atividades socioeconômicas de uma determinada região e com isso buscar meios para corrigir esses problemas. Só se pode corrigir problemas se os compreender, e quanto mais dados se obter quanto a esses problemas, mais probabilidade há de se corrigir.

Percebe-se também o quanto esses indicadores podem ajudar os gestores na tomada de decisão já que com esses indicadores os mesmos poderão, da forma mais detalhada possível saber os principais problemas que estão ocorrendo em seus municípios. Como afirma Jannuzzi (2005, p. 141):

Os indicadores sociais permitem a operacionalização de um conceito abstrato ou de uma demanda de interesse programático. Eles apontam, indicam, aproximam, traduzem em termos operacionais as dimensões sociais de interesse definidas a partir de escolhas teóricas ou políticas realizadas anteriormente.

Com um propósito de criar e organizar índices mais específicos, ou seja, saindo da esfera nacional, de nível de país, a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN) acompanha o desenvolvimento dos 5.568 municípios brasileiros no campo socioeconômico, segundo a própria federação. Para isso, a FIRJAN possui dois índices, cada qual com propósitos distintos. São eles: o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e o Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF). Vale destacar que para acompanhar o desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros, a

organização utiliza estatísticas públicas oficiais como base de seus índices, ou seja, o estudo é feito com coletas de dados.

Vale ressaltar que por mais que tanto IFDM quanto IDHM analisem os municípios, e IFDM tem uma grande vantagem em relação ao IDHM, pois o mesmo tem disponível dados anuais, o que melhora ainda mais as pesquisas e o acompanhamento do desenvolvimento dos municípios, ao contrário do IDHM que não possui dados anuais. Até o presente momento, o último ano em que foi disponibilizado o índice IDHM foi o ano de 2010. Uma outra vantagem do índice é que ele já está calculado para a totalidade dos municípios no país, ou seja, ele acaba sendo melhor para análises. Por se tratar de um índice desenvolvido pela FIRJAN, é certo que o mesmo tenha maior compatibilidade de análise e comparação com o outro índice da mesma citado anteriormente, o IFGF.

Como citado anteriormente, a FIRJAN possui dois índices diferentes e com diferentes propósitos, IFDM e IFGF. O índice IFDM lida com indicadores quem tem como foco mensurar a qualidade da população de um município, ou seja, com a análise dos indicadores trabalhados por esse índice, é possível ter uma base se houve melhoria na qualidade de vida de população, como também o oposto, se houve piora na qualidade de vida da população. Os dados observados por esse índice são relacionados a Emprego e Renda, Saúde e Educação (FIRJAN, 2018). O IFGF lida com questões fiscais, o índice observa os dados financeiros de um município, como Autonomia, Gastos com Pessoal, Investimento e Liquidez (FIRJAN, 2019). O índice, além de ajudar os gestores a ter uma melhor responsabilidade fiscal, ajuda a população a fiscalizar os gestores em suas decisões fiscais, ou seja, os índices ajudam tanto os gestores que tomam determinadas decisões, tanto a população que com os dados podem fiscalizar esses gestores.

Para a obtenção de dados, os índices IFDM e IFGF possuem suas fontes e essas fontes são dados oficiais publicados por órgãos do Governo Federal e pelas prefeituras. O IFDM tem seus dados retirados de ministérios do Governo Federal, que são eles os ministérios da saúde, educação e do trabalho, ministérios esses que possuem dados do qual o índice se especifica (FIRJAN, 2018). Já o IFGF tem seus dados retirados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) que disponibilizam esses dados a partir de declarações obrigatórias, dados esses relacionados a Autonomia, Gastos com Pessoal, Investimento e Liquidez (FIRJAN, 2019), todos extremamente importantes para a análise e aperfeiçoamento de gestão fiscal.

Tendo como campo de pesquisa os dez municípios do Ceará com menor IFDM, esta pesquisa vai atuar com base na situação de cada um desses municípios, no aspecto socioeconômico e fiscal tendo como base os dados apontados pelos índices FIRJAN, tendo em vista estabelecer uma relação entre ambos, ou seja, analisar os índices IFDM e IFGF com intenção de apontar aspectos que são determinantes para um município, tanto para o crescimento quanto para o retrocesso, levando em consideração que os municípios se encontram em situação difícil, com situações fiscais críticas com isso afetando também as questões socioeconômicas dos mesmos. Segundo a (FIRJAN 2017):

Dos 4.544 municípios analisados, 3.905 (85,9%) apresentaram situação fiscal difícil ou crítica (Conceito C ou D no IFGF), apenas 626 (13,8%) boa situação fiscal (Conceito B) e tão somente 13 (0,3%) excelente situação fiscal (Conceito A).

A situação em 2019 continua sendo crítica, pois segundo a (FIRJAN, 2019): “O mapa da gestão fiscal dos municípios brasileiros mostra um país em estado de alerta: 73,9% deles foram avaliados no IFGF com gestão fiscal difícil ou crítica.” Ou seja, os municípios ainda se encontram em situação difícil e precisam de tomadas de decisão que mudem essa situação, pois em muitos desses, as receitas não conseguem nem mesmo suprir o setor administrativo como deveria, pois, ainda segundo a (FIRJAN, 2019): “Em 1.856 prefeituras (34,8% do total) as receitas geradas no município não são suficientes nem para custear a Câmara Municipal e a estrutura administrativa da Prefeitura.” Visto isso, fica evidente que é necessário mudanças nesses municípios e que os gestores precisam analisar os dados fiscais e mudar a forma de gestão.

Ações estratégicas se fazem necessárias para os municípios, principalmente para aqueles em que se encontram em situação difícil. Então, criar estratégias que corroborem para que esses municípios saiam da situação em que estão não só é necessário, mas essencial, e é nesse contexto que a análise dos índices municipais pode ajudar aos gestores a definirem melhor essas estratégias.

Os municípios para a aplicação desse trabalho foram escolhidos com base no interesse do autor em saber o porquê desses municípios estarem na posição em que estão, os fatores determinantes para esse ocorrido, pois entender esses fenômenos podem contribuir para tomadas de decisões futuras desses municípios, no sentido que podem ser visualizadas, com os índices e estatísticas possíveis soluções para os problemas encontrados.

## OBJETIVOS

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar o desenvolvimento municipal por meio dos índices IFDM e IFGF dos 10 piores municípios no IFDM no ano base de 2016.

Tendo em vista o objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- 1) Analisar o desenvolvimento municipal por meio do IFDM dos 10 municípios do Ceará com menor IFDM no ano de 2016, com relação aos aspectos de Emprego e Renda, Saúde e Educação dos municípios que escolhidos para análise;
- 2) Analisar o desenvolvimento municipal por meio do IFGF dos 10 municípios do Ceará com menor IFDM no ano de 2016, com relação aos aspectos de Autonomia, Gastos com Pessoal, Investimento e Liquidez dos municípios escolhidos para análise;
- 3) Avaliar se há relação entre o IFDM e o IFGF dos 10 municípios do Ceará com menor IFDM no ano de 2016, buscando identificar e apresentar a influência dos dados analisados pelos índices tem sobre o outro.

O ano de 2016 foi escolhido para esse estudo por se tratar do último ano de estudo disponibilizado pela FIRJAN, ou seja, é o estudo mais atual. E levando em consideração que se tem uma lacuna entre o último ano de estudo e o presente momento, isso se torna uma limitação para o presente estudo.

Para o trabalho, foi utilizado como metodologia pesquisa bibliográfica, sejam elas contidas em livros, sites e artigos. Além disso, as informações contidas nos próprios índices, em seus dados e relatórios, relatórios esses que ajudam na melhor compreensão de como funciona a coleta de informações desses índices.

Este trabalho, com o intuito de melhor organização e entendimento dos dados expostos está dividido, em seções, sendo especificamente quatro seções. A primeira seção é a introdução do trabalho, onde é mostrado um pouco sobre o que é o mesmo. A segunda seção tem por objetivo mostrar os indicadores desenvolvimento socioeconômico e gestão, no caso o IFDM e IFGF. A terceira seção visa descrever a metodologia utilizada para a realização deste trabalho. Por último, a quarta seção tem por objetivo mostrar os resultados alcançados e as considerações finais.

## 1 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONOMICO E DE GESTÃO

Os indicadores são importantes, pois com eles é possível ter uma média de algum fator social ou econômico que precisa ser estudado, mesmo que as vezes os mesmos não deem dados precisos muitas vezes sobre determinado aspecto, o uso dos mesmos se faz necessário para o entendimento de fenômenos maiores que com os índices é possível iniciar uma compreensão. Segundo Siedenberg (2003):

um indicador expressa algo que ele mesmo não é, ou seja, ele exprime apenas parcialmente determinado aspecto; ele é somente uma espécie de representante de um determinado aspecto de uma realidade bem mais complexa.

Com os indicadores é possível ter um entendimento inicial e/ou parcial sobre determinado aspecto, a fim de que através dessas parcialidades se consiga entender melhor o todo, ou seja, se consegue em entender de forma mais completa um fenômeno mesmo com sua complexidade. Através dos indicadores é possível entender as mudanças que acontecem em determinado contexto e possível com isso acompanhar e entender essas mudanças. Jannuzzi (2001, p. 15) em uma definição sobre indicador social explica bem essa questão:

um indicador social é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma.

Nota-se que os indicadores, sejam eles sociais ou econômicos, são importantes para entender fenômenos que estão em constante mudança e que precisam ser compreendidos para uma melhor tomada de decisão e bem-estar.

Sabendo que a utilização de indicadores ajuda na compreensão de fatores determinantes de fenômenos sociais e econômicas, a utilização dos mesmos em esferas menores é ainda mais precisa. Para este trabalho, os indicadores serão analisados a nível municipal, e com isso busca-se entender melhor como atuam esses indicadores em cada município.

Com esse intuito de desenvolver a economia local, mas não só desenvolver, mas também incentivar, a FIRJAN criou dois índices, sendo eles o Índice Firjan de Desenvolvimento Econômico (IFDM) e o Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF). O primeiro com um objetivo de analisar como estão a oferta de serviços básicos oferecidos

pelos municípios põe em dados estatísticos todo o levantamento dos dados coletados. O segundo é voltado para à análise dos gastos públicos, com isso dando mais poder de fiscalização para a população que poderá acompanhar esses dados, e também faz com que os gestores tenham que ter mais responsabilidade, já que suas decisões na gestão estão com os gastos sendo analisados.

Trabalhos como o de (OLIVEIRA; SILVA, 2012) e (SOUSA et al., 2012) foram muito bem sucedidos ao usar esses índices, sejam os dois ao mesmo tempo ou utilizando apenas um deles com outro índice ou lei, como no caso de (SOUSA et al., 2012) que utilizaram a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) junto com o IFDM. Em ambos os casos há uma análise dos índices, como o presente trabalho em seu objetivo geral, e se mostra que a gestão fiscal tem grande influência no desenvolvimento municipal.

A análise deste trabalho se dar sobre os dados publicados pela FIRJAN, tendo isso em vista, se faz necessário explicar o que é essa entidade que possui dados que podem muito bem ser aproveitados em estudos, pois, como citado anteriormente não são todos os índices que estudam que estudam dados de áreas mais específicas como no caso dos municípios, então a pesquisa da FIRJAN se torna um importante instrumento o estudo de questões socioeconômicas municipais.

A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), por mais que apresente dados que podem ser de proveito público, é entidade privada. Caracterizada por ser uma organização sem fins lucrativos, ela atua no ramo industrial e tem por objetivo desenvolver a economia local, para isso utiliza suas divisões, que são eles a Firjan SENAI, Firjan SESI, Firjan IEL e Firjan CIRJ (FIRJAN, 2018).

A instituição também atua em áreas como qualidade de vida do trabalhador e não só do trabalhador, mas também da família do mesmo, competitividade empresarial, dentre outros fatores, que para eles é de extrema importância para o desenvolvimento social e econômico local, ou seja, é um conjunto de objetivos que faz com que os estudos da mesma sejam tão valorizados nos estudos atuais. Além disso, segundo a própria (FIRJAN, 2019):

desenvolvemos estudos e pesquisas sobre temas fundamentais para o desenvolvimento da indústria com o objetivo de antecipar tendências, informar e apontar soluções para questões tributárias e gargalos nas áreas de infraestrutura, inovação, logística, entre outras. Tudo isso, para orientar empresários e governantes a tomarem a melhor decisão.

## 1.1 ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (IFDM)

O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), estuda o desenvolvimento socioeconômico de um município em um determinado período de tempo, com isso o mesmo faz uma medição de nível em que se encontra o município estudado, ou seja, com base nos dados obtidos é dada uma pontuação. O índice trabalha com fatores que são considerados de extrema importância para o desenvolvimento socioeconômico, sendo eles: emprego & renda, educação. Cada um desses fatores é analisado e recebe uma pontuação que vai de 0 a 1, e a média dos três, seu resultado, é o que se chama de IFDM, por tanto, a média dos três fatores vai mostrar o nível de desenvolvimento municipal (FIRJAN, 2018).

O IFDM, como mostrado pela (FIRJAN, 2018), foi criado com o objetivo de conseguir ao longo dos anos, analisar fatores relacionados ao desenvolvimento municipal, com isso, o índice observa fenômenos que proporcionam um maior nível de desenvolvimento socioeconômico dos mais de 5 mil municípios analisados. O índice é um dos mais usados hoje em dia quando a questão é acompanhamento de desenvolvimento municipal, um dos motivos é a semelhança que o mesmo possui com o IDHM. Tal semelhança também é reconhecida por (Ervilha, Alves & Gomes, 2013), pelo fato ambos usarem estatísticas oficiais e terem a mesmas áreas de interesse. Contudo, há diferenças entre eles, pois o IFDM é um índice anual e o IDHM é feito a cada dez anos, pois depende do Censo. Uma outra diferença, segundo a (FOLHA DE S. PAULO, 2009), é que os cálculos de ambos são diferentes, principalmente quando se trata dos dados educacionais, enquanto o IDHM utiliza taxa de matrículas e alfabetismo, o IFDM usa também outros dados, como taxa de distorção idade-série.

Como mostrada a (FIRJAN, 2018), tendo sido criado em 2008, o índice possui dados de 2005 até a atualidade – o ano que está sendo realizado é 2019, no momento o índice possui dados até o ano de 2018 – e já está a 12 anos disponibilizando desses dados. Apesar de todos esses anos, as características básicas do IFDM ainda se mantem até os dias atuais. Estudando os 5.568 municípios brasileiros, nos âmbitos caracterizados como de extrema importância para o desenvolvimento socioeconômico, sendo eles Emprego & Renda, Educação e Saúde, e como citado anteriormente com publicações anuais do índice, após a análise de dados oficiais de cunho público, disponibilizados pelos municípios através de órgãos oficiais, que são eles os ministérios que são responsáveis pelas áreas de



análise do índice, sendo eles o Ministério do Trabalho, Ministério da Educação e Ministério da Saúde.

Sendo assim, com o índice é possível saber várias questões sobre a situação de cada município, além de saber se houve melhora ou piora no desenvolvimento socioeconômico, pode-se saber porque em determinado período específico houve melhora, assim como o oposto, é possível saber se uma cidade interfere economicamente em outra, ou mesmo se o crescimento de uma cidade resulta do mal rendimento das cidades vizinhas. Também é possível saber se determinada decisão de um gestor surtiu efeito de melhora, como no caso de criação de novas políticas públicas.

O IFDM, com base na análise a parte dos dados obtidos e conforme (FIRJAN, 2018), pontua cada município de acordo com seu desempenho. A pontuação varia de 0 a 1 sendo que quanto mais próxima a pontuação estiver do 1 maior é desenvolvimento da localidade, ou seja, do município. Sendo assim, a classificação é utilizada dessa forma:

- Municípios com IFDM entre 0,0 e 0,4 ► baixo estágio de desenvolvimento;
- Municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6 ► desenvolvimento regular;
- Municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8 ► desenvolvimento moderado;
- Municípios com IFDM entre 0,8 e 1,0 ► alto estágio de desenvolvimento.

Considerando a pontuação, percebe-se com isso que um ranking é formado, mostrando de forma ordenada a posição de cada município. Segue abaixo o exemplo:

Figura 1: Ranking IFDM Geral – Municípios com 10 melhores índices do Brasil – 2016

Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal Ano Base 2016		BRASIL						
				IFDM	Emprego & Renda	Educação	Saúde	
				IFDM BRASIL	0,6678	0,4664	0,7689	0,7655
				Mediana dos Municípios	0,6743	0,4553	0,7796	0,7948
				Máximo dos Municípios	0,9006	0,8537	1,0000	0,9997
		Mínimo dos Municípios	0,3214	0,1567	0,3827	0,1849		
Ranking IFDM Geral		UF	Município	IFDM	Emprego & Renda	Educação	Saúde	
Nacional	Estadual							
1º	1º	SP	Louveira	0,9006	0,7539	0,9906	0,9574	
2º	2º	SP	Olimpia	0,8820	0,7639	0,9749	0,9070	
3º	3º	SP	Estrela do Norte	0,8810	0,7365	0,9978	0,9087	
4º	1º	RS	Vale Real	0,8807	0,7952	0,8819	0,9651	
5º	1º	PR	Apucarana	0,8806	0,7496	0,9395	0,9526	
6º	2º	RS	Lajeado	0,8789	0,7674	0,9190	0,9502	
7º	2º	PR	Toledo	0,8786	0,7731	0,9061	0,9566	
8º	1º	SC	Concórdia	0,8781	0,7544	0,9239	0,9560	
9º	4º	SP	Itatiba	0,8779	0,7175	0,9850	0,9312	
10º	5º	SP	Itupeva	0,8779	0,7556	0,9375	0,9405	

Fonte: FIRJAN 2018

A Figura 1 mostra o ranking do IFDM a nível nacional, com os 10 municípios do país que alcançaram a melhor pontuação no índice, ou seja, são as cidades que melhor destacaram em 2016 maior nível de desenvolvimento. Segundo o ranking, o município de Louveira do Estado de São Paulo alcançou a maior posição, com pontuação de 0,9006, sendo assim considera o município com maior crescimento socioeconômico. Isso não significa que o município foi o melhor nos três requisitos analisados pelo IFDM, pois como pode se observar, no fator Emprego & Renda, o município não possui melhor pontuação, sendo que o município de Olímpia, segundo lugar no ranking, possui pontuação em Emprego & Renda melhor que o primeiro colocado.

E para não apresentar apenas no âmbito nacional, e como esse trabalho é voltado para o Estado do Ceará, segue abaixo o ranking com os municípios do estado com as melhores posições.

Figura 2: Ranking IFDM Ceará – Municípios com 10 melhores índices – 2016

Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal Ano Base 2016		CE		IFDM	Emprego & Renda	Educação	Saúde	
		IFDM BRASIL			0,6678	0,4664	0,7689	0,7655
		Mediana dos Municípios			0,6661	0,4261	0,7762	0,8073
		Máximo dos Municípios			0,8467	0,7435	0,9549	0,9651
		Mínimo dos Municípios			0,5153	0,1956	0,6356	0,5898
Ranking IFDM Geral		UF	Município	IFDM	Emprego & Renda	Educação	Saúde	
Nacional	Estadual							
94º	1º	CE	Eusébio	0,8467	0,6629	0,9549	0,9222	
146º	2º	CE	Sobral	0,8355	0,7420	0,8716	0,8928	
246º	3º	CE	São Gonçalo do Amarante	0,8199	0,7236	0,8426	0,8935	
435º	4º	CE	Maracanaú	0,7997	0,6981	0,8436	0,8574	
456º	5º	CE	Horizonte	0,7983	0,6832	0,8164	0,8952	
466º	6º	CE	Jijoca de Jericoacoara	0,7975	0,6509	0,8527	0,8889	
481º	7º	CE	Frecheirinha	0,7956	0,6399	0,8618	0,8850	
739º	8º	CE	Tianguá	0,7737	0,5290	0,8670	0,9251	
745º	9º	CE	Varjota	0,7735	0,5038	0,8782	0,9384	
850º	10º	CE	Icapuí	0,7678	0,7435	0,6841	0,8757	

Fonte: FIRJAN 2018

A Figura 2 o ranking IFDM do Estado do Ceará, com os 10 municípios do estado com maior crescimento socioeconômico, ou seja, a os municípios que mais se destacaram no ano de 2016. Segundo o ranking, o município de Eusébio tem a maior pontuação, com 0,8467, sendo o município com maior desenvolvimento. Neste caso, ocorre o mesmo que acontece com o índice geral mostrado na figura 1, por mais que o município de Eusébio esteja em primeiro lugar no ranking, isso não significa que o mesmo tem a melhor pontuação nos três quesitos analisados pelo índice, sendo que o município de Sobral tem uma melhor pontuação quando se trata do quesito Emprego & Renda.

### 1.1.1 IFDM – Emprego e Renda

Conforme os dados metodológicos da (FIRJAN, 2018), a variável Emprego & Renda possui duas dimensões, que são analisadas de forma distintas, mas que possuem complementação, pois uma tem relação direta com a outra, sendo à primeira vista como um fator determinante para a segunda. A primeira dimensão é o Emprego, essa dimensão avalia a quantidade de empregos formais gerados por cada município, ou seja, empregos com carteira assinada, e também avalia a absorção da mão de obra local, ou seja, como determinado município emprega a mão de obra disponível localmente. A segunda dimensão é a Renda, que avalia a geração da renda local, ou seja, avalia a renda gerada por cada município e como essa renda gerada é distribuída dentro do mercado de trabalho do município. Como citado anteriormente, são duas dimensões distintas, mas que se complementam. Cada uma das dimensões tem peso de 50% do IFDM Emprego & Renda. A variável usa como fonte de dados os registros publicados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados (CAGED), ambos pertencentes ao Ministério do Trabalho.

O peso de 50% para cada uma das dimensões é caracterizado da seguinte forma, como mostrado pela (FIRJAN, 2018): Na primeira dimensão, Emprego, possui indicadores que somados resultam em 100%. A análise é igual a:

- Geração de emprego formal no ano base que equivale a (14%);
- Ordenação entre os negativos (6%);
- Geração de emprego formal, mas com média trienal (14%);
- Ordenação entre os negativos média trienal (6%);
- e por último e com maior peso, a taxa de formalização do mercado de trabalho que equivale a (60%) do peso dentro da dimensão.

A segunda dimensão, Renda, funciona da mesma forma, como mostrado pela (FIRJAN, 2018). Possui indicadores que somados resultam em 100% do valor da dimensão. A análise é igual a:

- Geração de renda no ano base (14%);
- Ordenação entre os negativos (6%);
- Geração de renda segundo a média trienal (14%);
- Ordenação entre os negativos segundo a média trienal (6%);

- Massa salarial (30%);
- E, por último, o indicador de Gini (30%).

Como visto, as dimensões individualmente, com cada um dos seus itens a serem verificados e analisados, somam uma porcentagem de 100% individualmente, sendo que dentro do IFDM Emprego & Renda, cada dimensão tem valor de porcentagem de 50%, ou seja, o índice é junção das duas dimensões com os resultados dos seus indicadores abordados individualmente. Com isso, cada indicador é analisado da melhor forma a se obter dado mais precisos para a formação do índice. Observa-se a complexidade de apenas uma variável que forma o índice.

### **1.1.2 IFDM – Educação**

Analisando os estudos da (FIRJAN, 2018), nota-se que o IFDM Educação analisa indicadores acerca da educação infantil e fundamental, como o próprio índice explica, essa variável foi idealizada justamente para esse propósito. Vale destacar, que a variável não lida somente com escolas públicas, mas também lida e analisa escolas privadas. Quando a variável se volta para o ensino infantil avalia a oferta de educação municipal nessa categoria, preocupando-se com o atendimento as crianças com idade mínima para a categoria. Já no ensino fundamental, tem-se foco na qualidade do ensino ofertado, assim como questões de idade relacionadas ao nível do aluno dentro de uma instituição de ensino (FIRJAN, 2018).

A coleta de dados feita por parte dessa variável também é extraída de órgão oficial do governo, neste caso, para a base de cálculos são extraídos dados publicados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), instituto esse pertencente ao Ministério da Educação. Segundo o próprio (INEP, 2019), o instituto é “uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Sua missão é subsidiar a formulação de políticas educacionais dos diferentes níveis de governo com intuito de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país”. Sendo assim, um órgão de extrema importância e com grande quantidade de dados educacionais, e por consequência um órgão de grande relevância para busca de dados relacionados a educação.

Quanto a educação infantil, a variável faz uma avaliação que está relacionada ao período de oferta do ensino infantil no país, com base nisso conclui-se que a variável avalia o percentual de matrículas de crianças com idade de até 5 anos em creches e pré-escolas. Sendo mais específico, é um cálculo que utiliza como base o número de matrículas de crianças em creches e pré-escolas registradas no Censo Escolar/INEP – o Censo detém dados muito importantes no âmbito educacional nacional, como afirma a própria (INEP, 2019), “o Censo Escolar é o principal instrumento de coleta de informações da educação básica e a mais importante pesquisa estatística educacional brasileira” – e os dados populacionais relacionados a faixa etária municipal, ou seja, de cada município, publicados pelo CENSO do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo a (FIRJAN,2018), a variável IFDM Educação possui indicadores cada um com um peso por porcentagem. Então o cálculo da variável é igual ao:

- **Indicador de atendimento à educação infantil (20%)**, que se refere a oferta pelas escolas de vagas para crianças dadas por um município com idade mínima para essa categoria;
- **Indicador de abandono no ensino fundamental (15%)**, onde é levantada uma avaliação com uma relação contendo o número de matrículas em relação ao número de concluintes em relação ao período de ensino fundamental;
- **Indicador de distorção idade série (10%)**, onde é feito um levantamento se a série dos estudantes de ensino fundamental condiz com idade em que deveriam estar em determinada série;
- **Porcentagem de docentes com ensino superior (15%)**, voltado para a qualidade de ensino e medição de nível dos professores;
- **Média de horas aula diária no ensino fundamental (15%)**, que relaciona a quantidade de horas ofertadas em relação a qualidade de ensino, como no caso das escolas de tempo integral;
- **Nota do IDEB no ensino fundamental (25%)**.

É importante ressaltar como funciona o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), já que a nota atribuída pelo mesmo possui maior peso na variável Educação do IFDM, obtendo como citado anteriormente o percentual de 25% em relação aos outros indicadores. Segundo o (INEP,2019):

O índice varia de zero a 10 e a combinação entre fluxo e aprendizagem tem o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino reter seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Saeb ou Prova Brasil, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema.

Com isso, ver-se a importância de a nota do IDEB está presente do IFDM Educação, o pois se trata do índice mais completo para a análise de dados educacionais no Brasil. O índice é o único indicador de resultado presente nesta variável do IFDM.

Ver-se então o quão complexo e completo é a metodologia do IFDM Educação, pois além de buscar por dados dentro de órgãos oficiais do governo, o mesmo utiliza de índice já conceituados quando o assunto são dados relacionados a oferta de escolaridade a nível nacional. Com isso, isso fica evidente o esforço para que se tenha dados precisos para o acompanhamento e análise desta variável do IFDM, para que assim seja fonte segura de estudos.

### 1.1.3 IFDM – Saúde

O IFDM Saúde tem foco na saúde básica e utiliza de indicadores que são de competência dos municípios, conforme a (FIRJAN, 2018). Ou seja, os indicadores usados por esta variável do IFDM utilizam dados que são controlados pelos próprios municípios e disponibilizado pelos mesmos. Os dados são coletados a partir de 4 sistemas, sendo eles: Sistema de Informação Sobre Mortalidade (SIM), Sistema de Informação Sobre Nascidos Vivos (SINASC) e Sistema Interações Hospitalares (SIH), todos no Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil (DataSUS), do Ministério da Saúde.

A variável IFDM Saúde é composta por quatro indicadores, tendo cada um deles o peso de 25% na variável. São eles:

- **Proporção de atendimento adequado de pré-natal**, que visa acompanhar se as normas relacionadas ao pré-natal estão sendo cumpridas, pois segundo as normas do Ministério da Saúde o número mínimo de consultas para o acompanhamento pré-natal são 6 consultas. Desta forma, busca-se analisar a qualidade e as condições de acesso ao pré-natal.
- **Óbitos por causas mal definidas**, que considera como umas das mais importantes fontes para o conhecimento do estado de saúde as causas de morte,

tendo como dificuldade de mensuração as causas de mortes que são classificadas com mal definidas. Com esse índice é possível saber, por exemplo, como está o atendimento básico de saúde e como ele reage as diferentes situações de estado de saúde daqueles que usufruem desses serviços.

- **Óbitos infantis por causas evitáveis**, que entende que as causas de mortes infantis é um dos indicadores mais sensíveis quando se trata da saúde da população e deve ser estudado com extrema importância. Neste caso, esse índice tem como foco de analisar os serviços de saúde prestados, sua qualidade e seus impactos.
- **Internações sensíveis à atenção básica**, constitui um indicador que analisa as condições de internações, mas especificamente as internações que poderiam ter sido evitadas se a oferta de serviços básicos estivesse tendo bons resultados. Considera-se que, quanto maior a capacidade dos serviços de atenção básica, menor o número de internações, já que com o atendimento básico adequado, muitos problemas podem ser resolvidos sem internações.

## 1.2 ÍNDICE FIRJAN DE GESTÃO FISCAL (IFGF)

O Índice Firjan de Gestão Fiscal, como o próprio nome o diz é um índice que analisa as questões fiscais dos municípios, com o intuito de saber como está o desempenho dos mesmos e principalmente se estão cumprindo as normas fiscais exigidas. Para se ter um ambiente de negócios competitivo e sua garantia, é de extrema importância que as contas públicas estejam em equilíbrio, assim o como para a geração de emprego e por consequência, geração de renda. O índice reconhece e mostra que os municípios tem papel fundamental nesse processo e que ele é um dos principais agentes para o aumento desempenho e eficiências das questões fiscais locais, ou seja, municipais. O índice utiliza a média de quatro indicadores que são: Autonomia, Gastos com pessoal, Liquidez e Investimentos. A média dos quatro indicadores foram o IFGF.

Com isso, desde o início, o índice tem a pretensão de com os dados analisados e publicados pelo mesmo, contribuir com debates dentro da administração pública, mas específico debates sobre a eficiência da gestão fiscal. Com esses debates o índice busca conscientizar sobre como os recursos públicos são utilizados, ou seja, como eles são

administrados, pois uma melhor alocação de recursos garante um melhor funcionamento e eficiência do aparelho administrativo. Segundo Oliveira e Silva (2012, p. 5):

uma alocação eficiente dos recursos (materiais e humanos) determinará a estabilidade econômica e a distribuição equitativa dos recursos sociais. Alocar recursos de forma eficiente significa, nessa perspectiva, condicionar o aumento das despesas à capacidade de arrecadação das receitas e a real capacidade de pagamentos do setor público.

Nota-se então, que muitas vezes, a forma como os recursos disponibilizados para uso da gestão é usada determinará a eficiência do setor público, pois afeta diretamente seu funcionamento. E o IFGF tem foco desses debates com o objetivo de contribuir de forma eficiente para o funcionalismo público.

Todos os municípios brasileiros possuem restrição orçamentaria, sendo que mesmo que a arrecadação seja oriunda dos demais níveis de governo, ou mesmo seja oriunda de receita própria gerada pelo próprio município, sempre haverá um limite para o orçamento de cada município. Por isso, como citado anteriormente, a administração eficiente de alocação de recursos se faz tão necessária, tanto para a administração pública funcione corretamente, nesse caso, a administração pública municipal, quanto para que seja possível atender aos anseios da população, buscando atender as necessidades da mesma através de políticas públicas.

O IFGF lida com indicadores fiscais, mas não avalia somente isso, avalia também a capacidade de geração de Receita própria, ou seja, a capacidade de que cada município tem para gerar sua receita, pois existe ligação direta entre a variável e a capacidade e eficiência da gestão fiscal e ao nível de desenvolvimento socioeconômico dos municípios (KLERING, KRUEL E STRANZ, 2012).

Segundo a (FIRJAN, 2019), o IFGF assume mais de uma função, por se tratar de um índice de abrangência nacional e comparação anual. Sendo elas:

- i. mapa dos principais entraves em torno do Pacto Federativo;
- ii. instrumento de suporte para gestores públicos de todo o país administrarem suas contas de forma eficiente;
- iii. ferramenta de controle social para os cidadãos sobre a administração dos recursos públicos;
- iv. rating para investidores sobre ambiente de negócios. Para atender de forma eficiente a cada um desses pontos.



Vale ressaltar que o IFGF possui fontes oficiais para a obtenção de dados, segundo a própria (FIRJAN, 2019), a base é construída conforme os resultados desses dados. Esses resultados fiscais são declarados pelas prefeituras. As prefeituras devem declarar esses dados conforme estabelecido pelo art. 51 da Lei de Responsabilidade Fiscal (2000), que diz que os municípios devem encaminhar suas contas a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) até o dia 30 de abril do ano seguinte, ou seja, os dados do ano anterior devem ser declarados no ano seguinte até a data citada anteriormente. Depois, o órgão tem 60 dias para disponibilizar esses dados ao público por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi).

Ver-se então o quão sério é esse índice que lida com dados oficiais publicados pelos órgãos do governo. Esta característica do índice fez com que o mesmo se tornasse um instrumento muito valioso para estudos, sejam no âmbito local ou nacional, o que fez da ferramenta uma grande referência quando o assunto é analisar as questões fiscais dos municípios brasileiros. Inclusive, como a amostragem desses dados também é feita por ranking, o índice pode se torna (se já não o é) um grande incentivado para os gestores dos municípios que vendo sua posição no ranking pode, se não satisfeito buscar medidas para melhorar a posição do seu município, ou seja, pode influenciar em melhores tomadas de decisão.

Segundo a (FIRJAN, 2019), o IFGF possui quatro indicadores, cada um possui o mesmo peso mesmo para o cálculo no índice geral, sendo esse peso de 25% cada um. Sendo eles: Autonomia, Gastos com pessoal, Liquidez e Investimentos.

Como citado anteriormente, o índice organiza os dados em um ranking, e se tratando de ranking considera-se que cada município receba uma nota e é exatamente isso o que ocorre. De uma forma bem simples, a pontuação do índice vai de 0 a 1, sendo que quanto mais próximos os municípios estiverem da pontuação 1 melhor é sua gestão fiscal. Desta forma, a pontuação funciona assim:

- IFGF entre 0,0 e 0,4 ► gestão crítica
- IFGF entre 0,4 e 0,6 ► gestão com dificuldades
- IFGF entre 0,6 e 0,8 ► boa gestão
- IFGF entre 0,8 e 1,0 ► gestão de excelência

Para exemplificar melhor como funcionam esses dados, segue abaixo o ranking nacional dos municípios com melhor IFGF.

Figura 3: Ranking IFGF Geral - Municípios com 10 melhores índices - 2018

IFGF 2019   Ano-base 2018   Ranking Nacional								
Ranking IFGF Geral		UF	Município	IFGF	Autonomia	Gastos com Pessoal	Liquidez	Investimentos
Nacional	Estadual							
1º	1º	MS	Costa Rica	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000
1º	1º	SP	Gavião Peixoto	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000
1º	1º	SP	São Pedro	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000
1º	1º	TO	Alvorada	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000
5º	1º	SC	Turvo	0,9892	1,0000	0,9569	1,0000	1,0000
6º	1º	GO	Campo Alegre de Goiás	0,9806	1,0000	0,9223	1,0000	1,0000
7º	1º	PR	São Jorge do Ivaí	0,9647	0,9633	0,9510	0,9443	1,0000
8º	1º	MG	Extrema	0,9631	1,0000	0,8524	1,0000	1,0000
9º	2º	PR	Mangueirinha	0,9597	1,0000	0,8483	1,0000	0,9904
10º	1º	RS	Alpestre	0,9561	1,0000	1,0000	0,8245	1,0000

Fonte: FIRJAN 2019

A Figura 3 mostra o ranking FIRJAN de gestão fiscal geral, ou seja, a nível nacional, evidenciando os 10 municípios com melhor desempenho nesse índice no ano de 2018. No topo do ranking, com IFGF de 1,000, estão quatro municípios, Costa Rica do Mato Grosso do Sul, Gavião Peixoto e São Pedro ambos de São Paulo e Alvorada de Tocantins. Os quatro atingiram as quatro primeiras colocações. E logo em seguida vem Turvo de Santa Catarina com IFGF de 0,9892.

### 1.2.1 IFGF – Autonomia

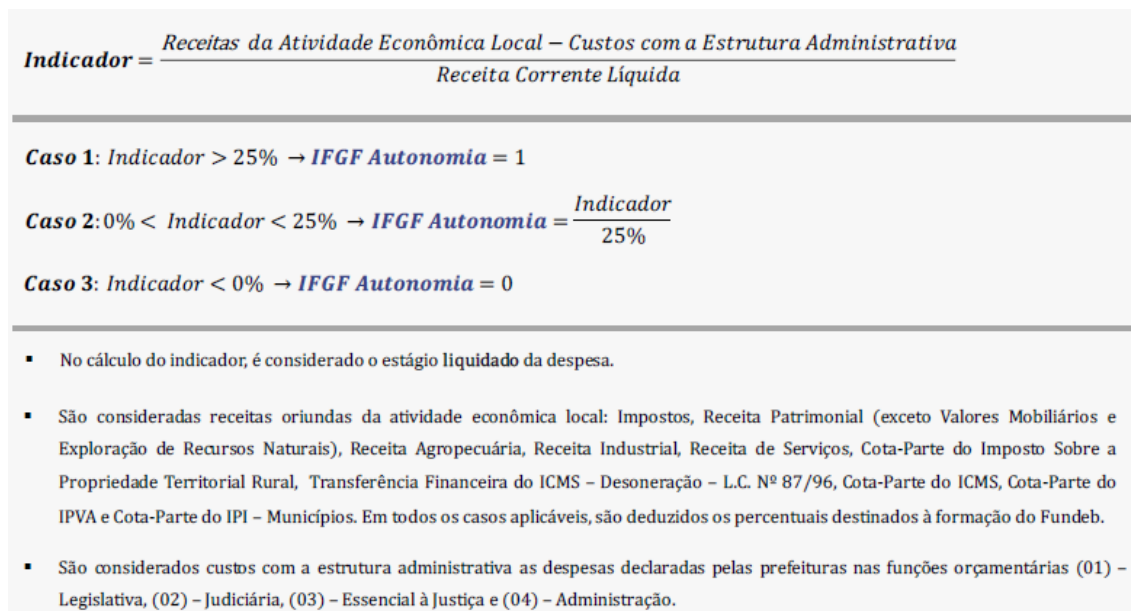
Conforme a (FIRJAN, 2019), a Autonomia se trata de um novo indicador do IFGF, ou seja, é algo criado por eles a partir dessa nova pesquisa. Este indicador tem um propósito muito importante para a análise da situação de cada município, pois tem objetivo de evidenciar a baixa capacidade das prefeituras se sustentarem, o que é considerado um dos pontos mais críticos para a gestão fiscal eficiente.

Neste sentido, o IFGF Autonomia, avalia se as prefeituras brasileiras geram recursos o suficiente para arcar com os custos de sua existência, caso contrário, o objetivo de sua emancipação, que é gerar bem-estar para população está ameaçado (FIRJAN, 2019).

O indicador funciona da seguinte forma: faz uma relação entre as receitas oriundas da atividade econômica do município e o custo para manter a Câmara de Vereadores e a estrutura administrativa da Prefeitura. Sendo que, em seu cálculo, quanto mais próximo

de zero uma prefeitura estiver, menor é sua geração de receita local e por consequência menor é capacidade de manter sua estrutura administrativa.

Figura 4: Cálculo do IFGF Autonomia



Fonte: FIRJAN 2019

A Figura 4, mostra como o cálculo desse indicador é feito e o que ela em consideração para que assim se chegue a um resultado que será implementado dentro do índice.

### 1.2.2 IFGF – Gastos com Pessoal

O setor público muito elevado com pessoal, se tornando o principal gasto. No caso dos municípios, os gastos representam metade da Receita Corrente Líquida (RCL), ou seja, é um gasto bastante elevado. E se trata de uma despesa rígida, como lembra (Veloso, 2006), sendo que os valores salariais são fixados por lei, por isso não se pode diminuir o pagamento ou mesmo recusar o pagamento aos servidores. Para evitar essa rigidez orçamentaria, em 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) limitou os gastos com pessoal em até 60% da RCL, dando assim espaço para a alocação de outras despesas.

Desta forma, o índice busca avaliar o comprometimento das receitas com despesas de pessoal. Para isso, o cálculo, segundo a (FIRJAN, 2019) “considera como nota de corte o teto oficial para os gastos com funcionalismo estabelecido por aquela lei: 60% da RCL. Ou seja, o município que superar os 60% receberá zero no IFGF Gastos com Pessoal.”

Sendo assim, nos resultados a nota quanto mais próxima de 1, menor o comprometimento do orçamento com a folha de salários do funcionalismo de determinado município e maior a possibilidade de realização de políticas públicas.

Figura 5: Cálculo do IFGF Gastos com Pessoal

$$\text{Indicador} = \frac{\text{Despesa Líquida com Pessoal (últimos 12 meses)}}{\text{Receita Corrente Líquida}}$$


---

**Caso 1:**  $\text{Indicador} < 45\% \rightarrow \text{IFGF Gastos com Pessoal} = 1$

**Caso 2:**  $30\% < \text{Indicador} < 60\% \rightarrow \text{IFGF Gastos com Pessoal} = 1 - \left( \frac{\text{Indicador} - 45\%}{60\% - 45\%} \right)$

**Caso 3:**  $\text{Indicador} > 60\% \rightarrow \text{IFGF Gastos com Pessoal} = 0$

---

- No cálculo do indicador, é considerado o estágio liquidado da despesa.
- São consideradas as despesas de pessoal declaradas pelos poderes Executivo e Legislativo dos municípios.

Fonte: FIRJAN 2019

Como mostrado na Figura 5, o cálculo utiliza o teto de 60% estabelecido pela RCL, considerando que passar esse teto acarreta em nota 0 no indicador, e as despesas de pessoal são aquelas declaradas oficialmente pelos poderes Executivo e Legislativo dos municípios. No caso, o resultado do cálculo quanto mais próximo de 0 o resultado estiver, significa que o município possui gastos excessivos com folhas de pagamento e por consequência precisa rever a alocação de seus gastos.

### 1.2.3 IFGF – Liquidez

Na administração pública brasileira acontece um fator muito peculiar, que se chama Restos a Pagar, que nada mais é que em determinada gestão, no final de seu exercício financeiro, algumas dívidas (ou inúmeras delas) eram adquiridas, e ao invés de essas dívidas serem pagas no exercício atual, são postergadas para o próximo. Segundo Lima e Castro (2009, p. 82):

Constituem Restos a Pagar ou resíduos passivos as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro, que não tenham sido canceladas pelo processo de análise e depuração e que atendam aos requisitos previstos em legislação específica, podendo ser inscritas como tal por se tratar de encargos incorridos no próprio exercício.

Vignoli (2004), afirma que com a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), foram criados dispositivos para que buscam limitar o endividamento público,

como é o caso despesas que podem ser transferidas para a gestão seguinte. Já Nascimento e Debus (2002) entendem que:

A LRF traz uma nova noção de equilíbrio para as contas públicas: o equilíbrio das chamadas “contas primárias”, traduzidas no Resultado Primário equilibrado. Significa, em outras palavras, que o equilíbrio a ser buscado é o equilíbrio auto-sustentável, ou seja, aquele que prescinde de operações de crédito e, portanto, sem aumento da dívida pública.

Como mostrado anteriormente, existe um certo entendimento sobre como a LRF atua quando se trata da questão administrativa Restos a Pagar, com isso, se faz necessário observar o que a mesma diz em seu art. 42:

“É vedado ao titular de poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.” (BRASIL, 2000)

Com isso fica evidente de como a LRF tem uma proposta de lidar melhor com os Restos a Pagar, dando assim um melhor caminho para como os gestores devem seguir em seu mandato. Tendo essa lei como orientação, as despesas podem ser melhor qualificadas e por consequência se pode até mesmo diminuir-las, já que o gestor terá que cumprir com essas responsabilidades previstas.

O indicador IFGF Liquidez foi feito com base no que estabeleceu a LRF, no sentido de que a mesma estabeleceu que a gestão municipal, em seu último mandato, deve ter recursos financeiros para suprir as despesas que foram postergadas para o ano seguinte, ou seja, mesmo que não tenha recursos suficientes para quitação, devem deixar garantias. Dessa forma, segundo a (FIRJAN, 2019), “no cálculo do índice, caso o município inscreva mais restos a pagar do que recursos em Caixa no ano em questão sua pontuação será zero.”

A pontuação é bem simples, quanto mais próximo resultado de um município estiver de 1, menos o município está postergando para o exercício seguinte.

Figura 6: Cálculo do IFGF Liquidez

$$\text{Indicador} = \frac{(\text{Caixa e Equivalentes de Caixa}) - (\text{Restos a Pagar Inscritos no ano})}{\text{Receita Corrente Líquida}}$$

**Caso 1:**  $\text{Indicador} > 25\% \rightarrow \text{IFGF Líquidez} = 1$

**Caso 2:**  $0\% < \text{Indicador} < 25\% \rightarrow \text{IFGF Líquidez} = 0,4 + 0,6 * \frac{\text{Indicador}}{25\%}$

**Caso 3:**  $\text{Indicador} < 0\% \rightarrow \text{IFGF Líquidez} = 0$

- No cálculo do indicador, são considerados os restos a pagar processados e não processados inscritos no ano. Por uma questão de padronização das informações declaradas pelos municípios, calculamos o valor dos restos a pagar a partir da diferença entre as Despesas Empenhadas e Despesas Pagas.

Fonte: FIRJAN 2019

Como mostrado na Figura 6, o cálculo utiliza de informações como caixa e equivalentes de caixa, restos a pagar inscritos por ano, no caso são considerados os restos a pagar processados e também os não processados inscritos no ano. No cálculo também está presente a receita corrente líquida. E quanto aos restos a pagar também se verifica que é calculado o valor da diferença entre as despesas empenhadas e despesas pagas.

Considerando a prática de postergação como algo prejudicial para a gestão financeira, o IFGF analisa não só os momentos de transição de governo, no caso, os anos em que isso acontece. Por mais que a LRF só esteja inserida nos anos de transição de governo, o indicador analisa também todos os demais anos da gestão municipal. Com isso tem-se uma maior precisão sobre gestão.

Levando tudo isso em consideração, entende-se que a missão do indicador a trata sobre como melhorar a gestão fiscal dos municípios, mas em específico observar e avaliar a capacidade financeira de cada prefeitura, bem como o ato de postergar, que pode ser realizado pelas mesmas.

#### 1.2.4 IFGF – Investimentos

Os municípios, para que haja atendimento básico para a população dos diversos serviços que o município pode oferecer, como escolas, hospitais, saneamento básico, iluminação pública, dentre outras coisas, deve fazer investimentos, no caso, fazer investimentos para atender a necessidade da população é uma das principais coisas que um município deve fazer.

Neste caso, o indicador IFGF Investimentos estabeleceu uma forma de cálculo um pouco diferente, foi, no entanto, estabelecido uma nota de corte, onde os municípios que investiram mais de 20% da sua Receita Total já se atribui a ele a nota 1,00.

Quanto a leitura dos resultados, o indicador funciona da seguinte forma: quanto mais próximo de 1,00 estiver, maior foi o investimento realizado pelas prefeituras.

Figura 7: Cálculo do IFGF Investimentos

$$\text{Indicador} = \frac{\text{Investimentos} + \text{Inversões Financeiras}}{\text{Receita Total}}$$

---

**Caso Indicador > 12% → IFGF Investimentos = 1**

$$\text{Caso Contrário: IFGF Investimentos} = \frac{\text{Indicador}}{12\%}$$

---

- No cálculo do indicador, é considerado o estágio liquidado da despesa.

Fonte: FIRJAN 2019

O cálculo, como mostrado na Figura 7, é soma dos investimentos com as inversões financeiras dividido pela receita total. Como é de se esperar, quanto maior o resultado melhor e maior é o investimento feito pela prefeitura.

## 2 METODOLOGIA

A pesquisa científica é muito importante para o conhecimento e análise de fenômenos que precisam ser explorados para que possam ser desfrutados e compreendidos, ou seja, a pesquisa científica é uma importante ferramenta para conhecimento. E para Garcia, (1988, p. 67) conhecer é:

Conhecer significa [...] descrever um fenômeno, sejam em suas particularidades estruturais, seja em seus aspectos funcionais; prever a probabilidade de ocorrência futura de um evento [...]; e, por fim, manipular e utilizar [...], um objeto qualquer, além de reproduzi-lo, alterando, até, suas características básicas.

O uso do método científico surge quando há uma necessidade de se compreender os fatos, mediante a problemas encontrados ou mesmo diante da dúvida surgida em relação a um assunto específico. Em relação a isso Cervo; Bervian e Da Silva (2007, p. 57) afirmam:

[...] parte, pois, de uma dúvida ou problema e, com o uso do método científico, busca uma resposta ou solução. Os três elementos – dúvida/problema, método científico e resposta/solução – são imprescindíveis, uma vez que a solução poderá ocorrer somente quando algum problema levantado tenha sido trabalhado com instrumentos científicos e procedimentos adequados

### 2.1 CARÁTER DA PESQUISA

Na questão objetivos, o presente estudo possui caráter descritivo, com pretensão de apresentar e analisar os dados e formações divulgados por ambos os índices sobre os municípios que apresentaram menor desempenho no IFDM no último na base divulgado. Sendo assim, o estudo tem caráter descritivo, pois tem o fim de busca observar e analisar fenômenos sem manipula-los (RAMPAZZO, 2002). O estudo busca descrever a situação desses municípios no que se refere ao desenvolvimento socioeconômico e gestão fiscal, buscando assim levar a uma melhor compreensão sobre ambos os fatores. Segundo Gil (2010, p.27) esse tipo de pesquisa “tem como objetivo a descrição das características de determinada população. Podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis”.



## 2.2 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Os procedimentos adotados na pesquisa podem ser caracterizados como um estudo de caso, juntamente com pesquisa documental, sendo uma análise e observação de dados presentes em livros, índices, sites, artigos e relatórios referentes ao assunto tratado, no caso, dados publicados nos índices sobre os 10 municípios com menor pontuação no IFDM no ano de 2016 com base no FIRJAN 2018, além de pesquisa bibliográfica como citado anteriormente. Com o intuito de organizar as informações, com a intenção de que estas possam ser úteis, a pesquisa documental foi realizada, pois segundo (BEUREN, RAUPP, 2012, p.89):

Esse tipo de pesquisa visa, assim, selecionar, tratar e interpretar a informação bruta, buscando extrair dela algum sentido e introduzir-lhe algum valor, podendo, desse modo, contribuir com a comunidade científica a fim de que outros possam voltar a desempenhar futuramente o mesmo papel.

O presente trabalho possui abordagem qualitativa, pois o mesmo buscar conhecer o funcionamento dos índices aqui expostos em toda sua complexidade e profundidade, índices esses que avaliam as questões socioeconômicas e fiscais dos municípios. Além claro, de utilizar dados números e comparação dos indicadores.

Considerando que o IFGF é um índice mais recente que o IFDM, logo possui menos anos de pesquisa para análise, a pesquisa analisará os quatro anos em comum em ambos os índices, que é de 2013 a 2016. Os anos foram escolhidos para atender o terceiro objetivo específico do presente trabalho, que visa realizar uma comparação entre ambos os índices, a fim de encontrar a influência que tem sobre o outro, ou seja, a influência que a gestão fiscal tem sobre o desenvolvimento municipal e vice-versa.

## 2.3 COLETA DE DADOS

A pesquisa foi desenvolvida no conjunto de municípios do estado do Ceará que receberam menor pontuação no IFDM do último ano base (2016). Sendo eles:

- Ererê, ocupando a posição 174 em relação ao estado do Ceará;
- Ipaporanga, ocupando a posição 175 em relação ao estado do Ceará;
- Umirim, ocupando a posição 176 em relação ao estado do Ceará;
- Barro, ocupando a posição 177 em relação ao estado do Ceará;

- Ipaumirim, ocupando a posição 178 em relação ao estado do Ceará;
- Tarrafas, ocupando a posição 179 em relação ao estado do Ceará;
- Quixelô, ocupando a posição 180 em relação ao estado do Ceará;
- Aurora, ocupando a posição 181 em relação ao estado do Ceará;
- Cedro, ocupando a posição 182 em relação ao estado do Ceará;
- Itapiúna, ocupando a posição 183 em relação ao estado do Ceará.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Serão apresentadas a seguir os dados obtidos dos índices na qual o referido estudo está analisando (IFDM e IFGF) referente aos 10 municípios do Ceará que estão nas últimas colocações do IFDM no ano base de 2016. Vale ressaltar que ambos os índices possuem suas subdivisões e os dados serão apresentados seguindo as mesmas. Será apresentado, inicialmente, a comparação dos índices cada município individualmente e, em seguida, todos os municípios juntos, onde serão analisados os critérios de cada índice.

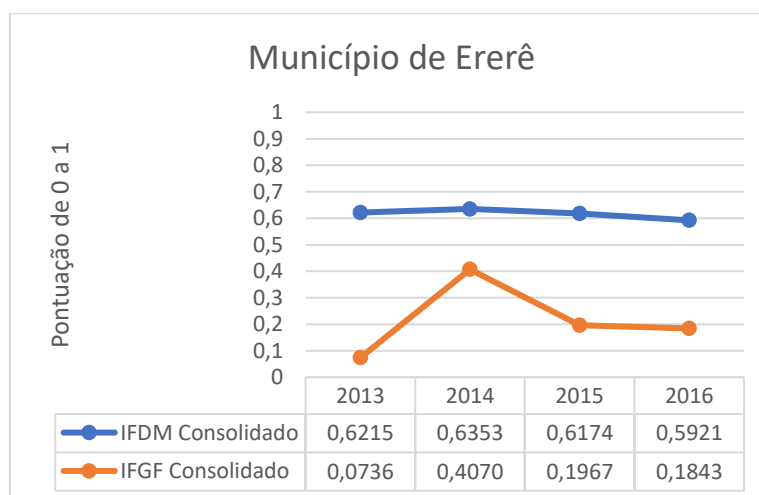
A seguir serão descritos os resultados coletados dos municípios cearenses pesquisados que receberam menor pontuação no IFDM do último ano base (2016).

#### 3.1 ANÁLISE E COMPARAÇÃO POR MUNICÍPIO

##### 3.1.1 Ererê

Segue abaixo os dados relativos ao IFDM e IFGF do município de Ererê, de 2013 a 2016. Os anos escolhidos são os anos que houve estudo em ambos os índices, para que assim haja comparação:

Gráfico 1: Índice FIRJAN – IFDM e IFGF, Município de Ererê, 2013 – 2016



Fonte: Adaptado de FIRJAN (2018 e 2019)

Verifica-se no Gráfico 1, que o Município de Ererê tem IFDM Consolidado reduzido a cada ano. Inclusive no ano de 2016 verifica-se que o referido índice passou de desenvolvimento moderado para desenvolvimento regular, pois esteve abaixo de 0,6. Quando se analisa os dados por indicadores, entende-se o porquê dessas pontuações. Conforme a FIRJAN (2018) quando se trata de Educação, a pontuação do município foi

aumentando a cada ano, saindo de uma pontuação acima de 0,6 para uma pontuação acima de 0,7. No quesito Saúde, observa-se a mesma característica. E quando se olha para o indicador Emprego & Renda, entende-se de porquê no ano de 2016 o município obteve a menor pontuação, pois nesse indicador ocorreu o contrário dos outros indicadores, tendo a pior pontuação nos últimos dois anos, tendo apenas 0,2798, o que caracteriza como baixo estágio de desenvolvimento.

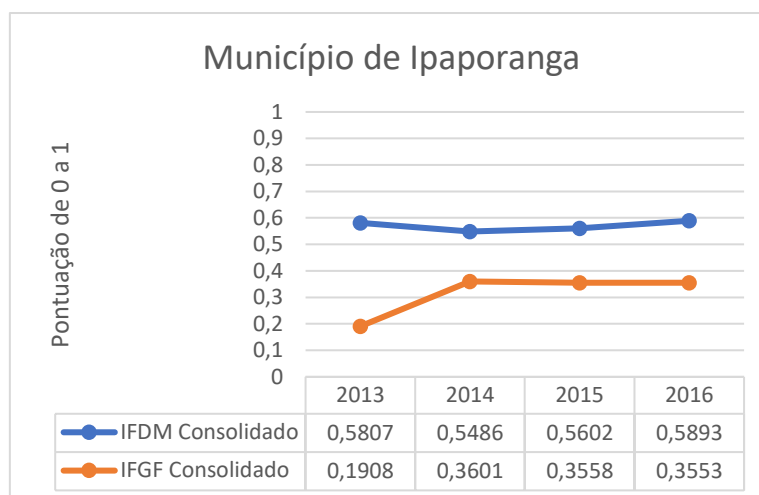
Quanto ao IFGF Consolidado se verifica uma grande variação entre os anos de 2013 e 2014 e um drástica redução nos anos posteriores. Importante destacar que o referido índice, nos anos analisados, está classificado como gestão crítica, de acordo com o índice. Isso se deve principalmente a dois indicadores, Autonomia e Liquidez, que ficam na maioria dos anos com pontuação 0, como mostrando em FIRJAN (2019). Isso significa que o município tem grandes dificuldades se de autossustentar e que o mesmo costuma deixar restos a pagar maior do que a receita em caixa para a gestão seguinte. Quando se trata de Gastos com Pessoal, nota-se grande dificuldade, podendo assim relacionar esse indicador com o Autonomia, evidenciando que apesar de o município ter baixa capacidade de se sustentar, mesmo assim possui alto gasto com o próprio pessoal. Quanto ao investimento, é o melhor indicador desse município no IFGF.

Assim, destaca-se aqui que o Município de Ererê possui dificuldades na gestão fiscal e, conseqüentemente, possui também reduzido desenvolvimento municipal.

### **3.1.2 Ipaporanga**

Segue a abaixo os dados do IFDM e IFGF referentes ao município de Ipaporanga.

Gráfico 2: Índice FIRJAN – IFDM e IFGF, Município de Ipaporanga, 2013 – 2016



*Fonte: Adaptado de FIRJAN (2018 e 2019)*

Observa-se a no Gráfico 2, que em todos os anos apresentados no IFDM, 2013 a 2016, o município teve desenvolvimento municipal regular, sendo que no ano de 2016 esteve com uma pontuação mais alta (dentro da categoria) e, nos anos de 2014 e 2015 teve uma leve queda, se recuperando em 2016, mas sem chegar na categoria moderado, apesar de ter uma pontuação próxima. Observa-se que a pontuação dos indicadores conforme mostrados pela FIRJAN (2018), nota-se que um dos indicadores que faz a pontuação do município ficar em regular foi o de Emprego & Renda, ficando na maioria dos anos com pontuação regular e nos dois últimos anos analisados, ficando abaixo de 0,4, caracterizado por baixo estágio de desenvolvimento. Em Educação possui pontuação de moderado a alto estágio de desenvolvimento e em Saúde, moderado.

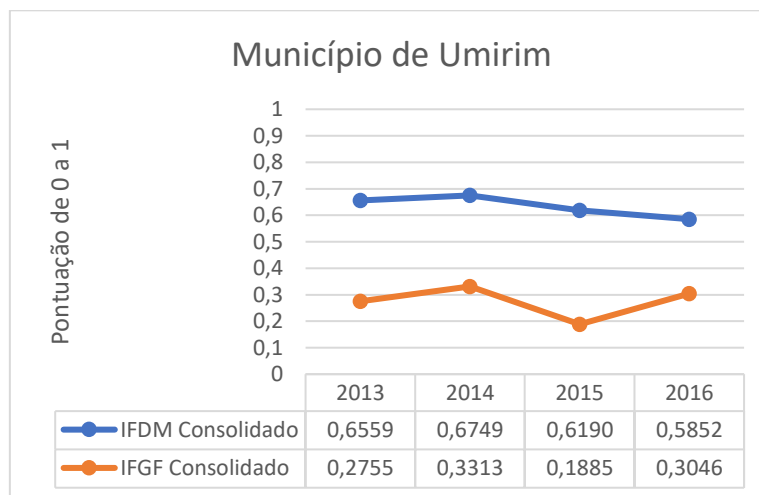
Já no IFGF, ver-se que o mesmo apontava uma subida, mas logo em seguida veio a queda. A pontuação em todos os anos se manteve com pontuação crítica, sendo o pior ano o ano de 2013. Nota-se que em nenhum momento há indícios que a pontuação irá sair da situação crítica para ao menos Gestão em Dificuldade. Os motivos dessas pontuações, como se observa em FIRJAN (2019), é que o município possui dificuldades em Autonomia (tendo pontuação 0 na maioria dos anos, mostrando sua baixa capacidade de se sustentar, e em Liquidez (tendo pontuação 0 em todos os anos), mostrando que tem o costume de deixar restos a pagar acima do caixa para a gestão seguinte.

Mostrando que o município possui dificuldade fiscais e por consequência o município não consegue sair de desenvolvimento regular para desenvolvimento moderado e dificilmente (se continuar com a mesma gestão fiscal), atingirá o nível de Boa Gestão.

### 3.1.3 Umirim

Segue a abaixo os dados do IFDM e IFGF referentes ao município de Umirim.

Gráfico 3: Índice FIRJAN – IFDM e IFGF, Município de Umirim, 2013 – 2016



Fonte: Adaptado de FIRJAN (2018 e 2019)

Quando se trata do município de Ipaporanga há um fator interessante, o desenvolvimento é moderado na maioria dos anos, mas a gestão fiscal é crítica em todos os anos, o que pode evidenciar algo contraditório. Mas, um dos motivos que pode explicar essa pontuação é a alocação de recursos para a Educação e Saúde, os dois indicadores que fazem o município obter uma maior pontuação no IFDM, o que poderia explicar esse resultado.

Quanto ao IFGF, como mostrado no FIRJAN (2019), o município possui maior dificuldade em Autonomia, tendo pontuação 0 em quase todos os anos, mostrando que possui dificuldade em se sustentar. Quanto ao Gastos com Pessoal, o município tem pontuação crítica em todos os anos, sendo em sua maioria abaixo de 0,3. Quanto a Liquidez o município sai da categoria crítica e vai para Gestão em Dificuldade (tendo pontuação acima de 0,4) na maioria dos anos, tendo pontuação 0 apenas no ano de 2015. Quanto aos investimentos, o município possui Gestão Crítica em dois anos (2013 e 2016), Gestão em Dificuldade em 2015 e Boa Gestão em 2014, mostrando o quanto o município oscilou nesse indicador.

Como explicar então essa diferença de pontuação entre IFDM E IFGF? Segundo (LOUZANO, et al):

A variável IFGF apresenta elevada correlação com a variável IFDM, sendo que seu grau de associação aumenta na medida das defasagens do indicador

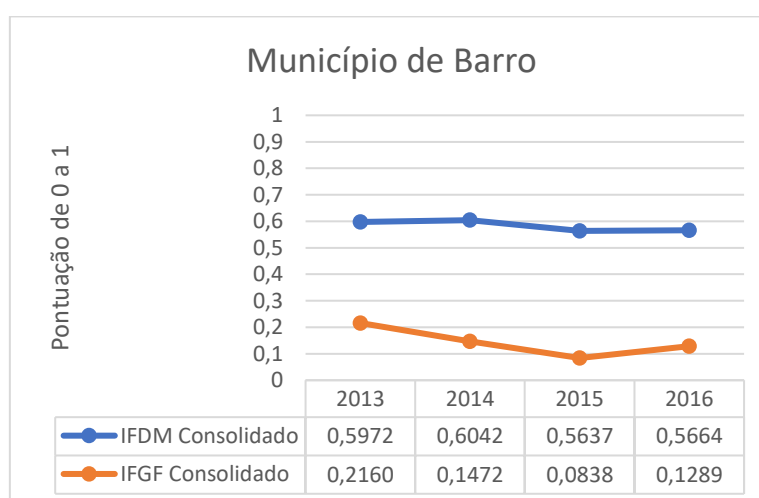
IFGF, quadro este que parece caracterizar algum grau de precedência temporal.

Como mostrado, o IFGF pode ter influência sobre o IFDM a longo prazo, ou seja, o fator temporal pode influenciar, fazendo que uma pontuação do IFGF ruim em um ano possa influenciar em outro, por exemplo.

### 3.1.4 Barro

Segue a abaixo os dados do IFDM e IFGF referentes ao município de Barro.

Gráfico 4: Índice FIRJAN – IFDM e IFGF, Município de Barro, 2013 – 2016



Fonte: Adaptado de FIRJAN (2018 e 2019)

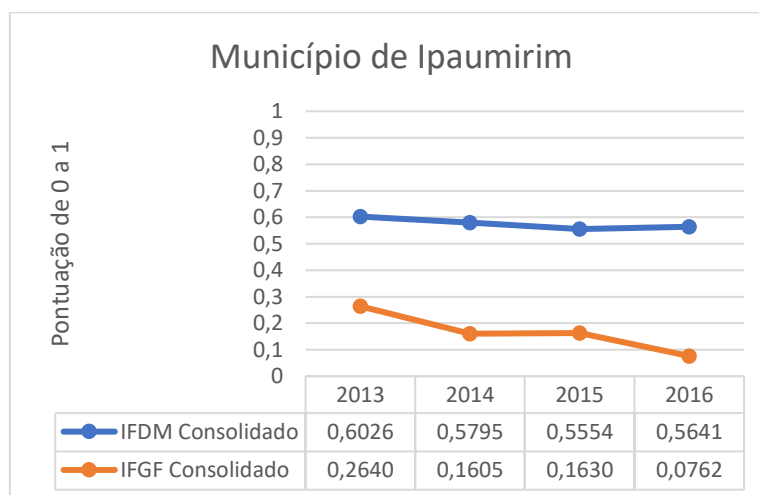
O município de Barro é um caso interessante, pois no ano que se obteve uma pontuação moderada (2014) no IFDM (como mostrado em FIRJAN 2018), o município teve uma pontuação crítica no IFGF (como mostrado em FIRJAN 2019). Isso se deve as regras do IFGF que zera a pontuação em alguns índices se não se cumprir alguns critérios.

Com isso, supõe-se que o município tem dificuldades com gastos de pessoal e com liquidez, mostrando assim que possui gastos com pessoal está acima de 60% da RCL nos anos em que recebeu pontuação 0, e mostra também que deixa restos a pagar acima do valor de caixa para o ano seguinte, o que pode explicar a baixa pontuação do IFGF em todos os anos. Barro tem pontuação moderadas quando se trata de Saúde e Educação, e não obtém pontuação moderada no IFDM Consolidado todos os anos por não ter boa pontuação no indicador Emprego & Renda, o que pode evidenciar uma dependência do município ao emprego gerado pela gestão municipal.

### 3.1.5 Ipaumirim

Segue a abaixo os dados do IFDM e IFGF referentes ao município de Ipaumirim.

Gráfico 5: Índice FIRJAN – IFDM e IFGF, Município de Ipaumirim, 2013 – 2016



*Fonte: Adaptado de FIRJAN (2018 e 2019)*

Ipaumirim, como no caso de boa parte dos municípios aqui citados, quando se trata do IFDM, o mesmo possui notas mais baixas no índice Emprego & Renda, sendo que todas as notas estão em nível regular. Seu principal índice que eleva sua pontuação no IFDM é Saúde que em quase todos os anos ficou em nível moderado, mas mesmo assim, na pontuação geral, o mesmo só conseguiu uma pontuação moderada no ano de 2013, como mostrando em (FIRJAN 2018).

Quanto ao IFGF, como mostra o (FIRJAN 2019), o município, como mostrado mais a frente, na análise e comparação por indicadores, possui grandes dificuldades com Liquidez, sendo que em quase todos os anos obteve pontuação 0, ou seja, uma gestão costuma deixar restos a pagar maior do que recursos em caixa para a gestão seguintes, o que no IFGF é passível de pontuação 0. Quanto a autônoma, o município obteve pontuação zero em todos os anos mostrando assim que esse município tem baixa capacidade de se sustentar. Sendo assim, apesar de ter notas mais altas em Gastos com Pessoal e Investimentos, principalmente o segundo, a média não foi o suficiente para fazer esse município sair da pontuação de Gestão Crítica em todos os anos.

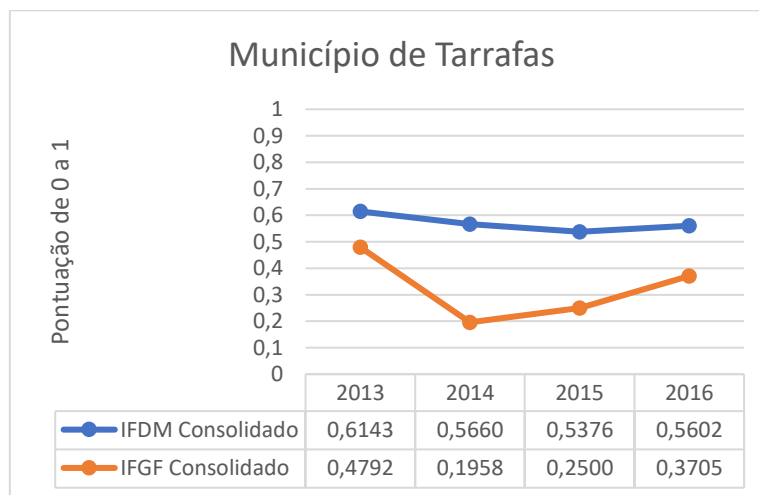
Com isso, fica evidente que o município depende de fatores externos e que sua pontuação mais elevada (em relação ao IFGF) no IFDM é devido aos seus investimentos, que é indicador com maior pontuação no IFGF.



### 3.1.6 Tarrafas

Segue a abaixo os dados do IFDM e IFGF referentes ao município de Tarrafas.

Gráfico 6: Índice FIRJAN – IFDM e IFGF, Município de Tarrafas, 2013 – 2016



Fonte: Adaptado de FIRJAN (2018 e 2019)

Tarrafas, como mostrando, obteve maior pontuação no IFDM (mas ainda em desenvolvimento moderado) no mesmo ano em que obteve maior pontuação no IFGF (mas ainda em gestão em dificuldade). Como mostra o (FIRJAN 2018), o município possui pontuação moderada em Saúde (com pontuações acima de 0,6) e Educação (com pontuações em sua maioria acima de 0,7) em todos os anos, mas quando se trata de Emprego & Renda o município cai para pontuação de nível regular e baixo, o que explica o porquê de no IFDM Consolidado as pontuações terem caído para nível regular.

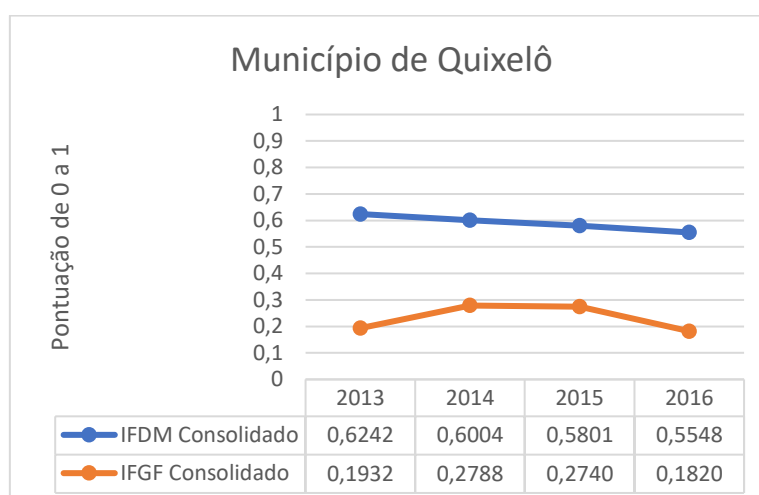
Quanto ao IFGF, segundo a (FIRJAN 2019), o município apresenta dificuldades com Gastos com pessoal e Liquidez, mas apenas em dois anos teve gestão crítica nesse índice, sendo os outros anos em gestão em dificuldade. Sua maior pontuação no IFGF é em investimentos, obtendo pontuação de gestão por excelência duas vezes e boa gestão uma vez.

Sendo assim, a pontuação mais elevada no IFDM, apesar de ainda ser na maioria das vezes de pontuação regular, provavelmente, como aponta o índice, se deve aos investimentos feitos pelo município em saúde e educação.

### 3.1.7 Quixelô

Segue a abaixo os dados do IFDM e IFGF referentes ao município de Quixelô.

Gráfico 7: Índice FIRJAN – IFDM e IFGF, Município de Quixelô, 2013 – 2016



*Fonte: Adaptado de FIRJAN (2018 e 2019)*

Quanto ao município de Quixelô, nota-se, no IFDM, que o mesmo obteve por duas vezes pontuação de nível moderado e duas vezes de nível regular. Como mostra a (FIRJAN 2018), isso se deve principalmente ao indicador Educação, pois o mesmo obteve pontuação moderada em todos os anos. Emprego e Renda, boa parte dos anos foi de pontuação regular. E saúde pontuação moderada em todos os anos.

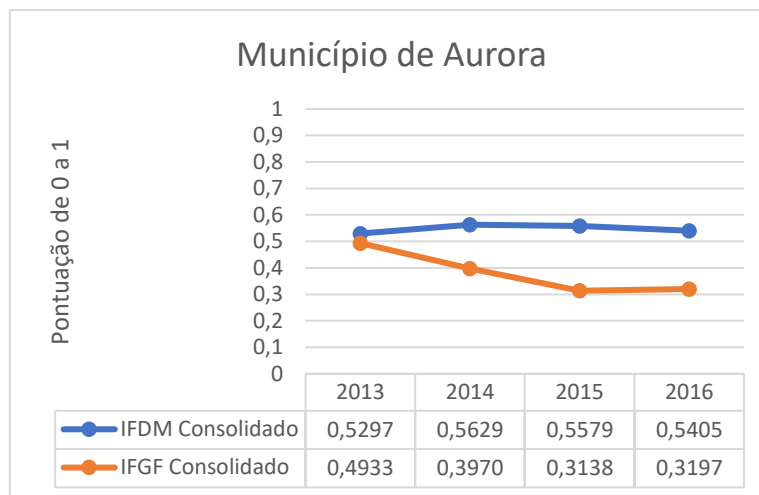
Quanto ao IFGF, Quixelô possui sua maior dificuldade em Autonomia, tendo pontuação 0 em todos os anos e Liquidez, tendo pontuação 0 em quase todos os anos, o que explica a pontuação baixa, em nível crítico no IFGF Consolidado. Quando se trata de investimentos a situação muda, apesar de não ser o suficiente para subir a pontuação do município na pontuação consolidada, tendo por dois anos pontuação Gestão por excelência e um ano de boa gestão. Mas, fica evidente a dificuldade de o município ser autossuficiente e dificuldade de restos a pagar no último ano de gestão, como fica evidente nos dados da (FIRJAN 2019).

Com isso, pode se chegar a uma conclusão de que os investimentos realizados no município pode ser a causa do aumento na pontuação de Saúde e Educação e que recursos foram empregados nestes dois setores, apesar de que, como se nota, a pontuação geral foi diminuindo a cada ano.

### 3.1.8 Aurora

Segue abaixo os dados do IFDM e IFGF referentes ao município de Aurora.

Gráfico 8: Índice FIRJAN – IFDM e IFGF, Município de Aurora, 2013 – 2016



*Fonte: Adaptado de FIRJAN (2018 e 2019)*

O município de Aurora possui pontuação regular em todos os anos do IFDM, e como no caso dos outros municípios, sua maior dificuldade está no indicador Emprego & Renda, tendo também dificuldade em Saúde em alguns anos, como mostrado mais adiante na análise e comparação por índices e indicadores. É possível verificar também que o indicador Educação é o principal responsável por aumentar um pouco a pontuação geral.

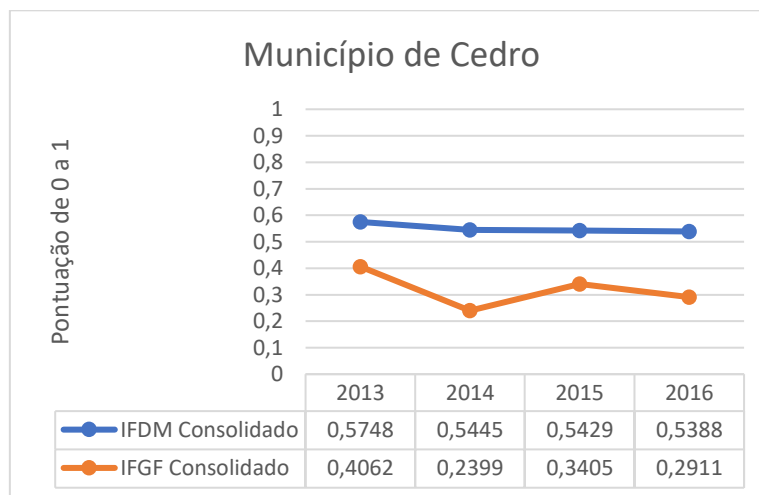
Quanto ao IFGF, a maior dificuldade do município de Aurora está em Autonomia, pois possui pontuação 0 em todos os anos, mostrando assim que o município tem baixa capacidade de se sustentar. É evidente também que o município possui grandes gastos com o pessoal, o que pode indicar que dos principais meios de emprego seja a o serviço público municipal. O município se destaca em Liquidez, obtendo pontuação regular em todos os anos, e Investimentos, tendo por duas vezes pontuação de boa gestão.

Fica evidente pois, que o município de Aurora, possui controle regular sobre os restos a pagar e que também possui uma boa base de investimentos o que pode ser o motivo de educação está destacada, ou seja, de a educação possui maior pontuação entre os indicadores do IFDM nesse município. Fica também evidente duas questões, o município gasta muito com seu próprio pessoal e possui dificuldades com emprego e renda, o que evidencia grande número de pessoal dentro da gestão municipal, ou mesmo que a gestão municipal seja uma das principais formas de emprego como ocorre em muitos municípios pequenos no Brasil. Dessa forma, o município pode continuar tendo grandes dificuldades de desenvolvimento caso não mude sua situação quando se trata de emprego e renda.

### 3.1.9 Cedro

Segue a abaixo os dados do IFDM e IFGF referentes ao município de Cedro.

Gráfico 9: Índice FIRJAN – IFDM e IFGF, Município de Cedro, 2013 – 2016



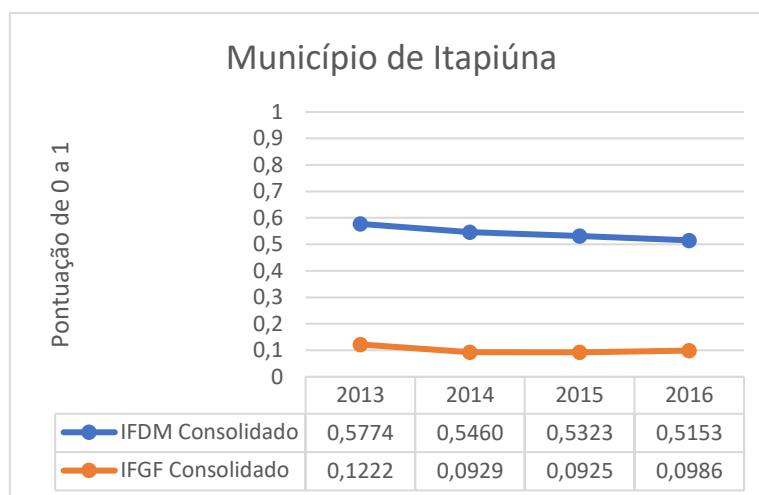
Fonte: Adaptado de FIRJAN (2018 e 2019)

Como mostrado nos dados acima, o município de Cedro ficou todos os anos com pontuação regular no IFDM, segundo que com o passar dos anos a pontuação foi diminuindo. Assim como os demais municípios o que mais influência sua pontuação é p indicador Emprego & Renda, pois os outros dois indicadores ficam, entre pontuação moderada, principalmente o indicador Educação. No IFGF, assim como os outros, o mesmo tem dificuldade com Autonomia, mas diferente de alguns, o mesmo possui pontuação regular com Gastos com Pessoal na maioria dos anos, assim como possui na maioria dos anos pontuação regular em Investimentos e Liquidez. Com isso fica evidente que a Autonomia continua sendo um dos principais fatores que levam ao não aumento de desenvolvimento do município,

### 3.1.10 Itapiúna

Segue a abaixo os dados do IFDM e IFGF referentes ao município de Itapiúna.

Gráfico 10: Índice FIRJAN – IFDM e IFGF, Município de Itapiúna, 2013 – 2016



*Fonte: Adaptado de FIRJAN (2018 e 2019)*

No caso de Itapiúna, causa espanto a baixa pontuação no IFGF, e isso não é por acaso. O município obteve pontuação 0 na maioria dos anos em três indicadores, sendo eles: Autonomia, Gastos com Pessoal e Liquidez. Evidenciando que município tem dificuldades em se manter e, ainda, possui o inchaço no seu funcionalismo, além de deixar restos a pagar para o ano seguinte maior do que se tem em caixa. O que pode explicar a pontuação o IFDM é o fato de que em Investimento é maior, mesmo assim ficando em Gestão Crítica em quase todos os anos.

### 3.2 ANÁLISE E COMPARAÇÃO DOS MUNICÍPIOS POR ÍNDICES

Segue a comparação de todos os municípios, agora juntos, mostrando cada índice (IFDM e IFGF) e os indicadores que compõe esses índices. Neste tópico, os anos que serão apresentados os dados do IFDM são maiores para um maior entendimento de como foi o percurso para entender como os municípios chegaram a pontuação de 2016 que os levaram aos 10 piores municípios do Ceará no IFDM.

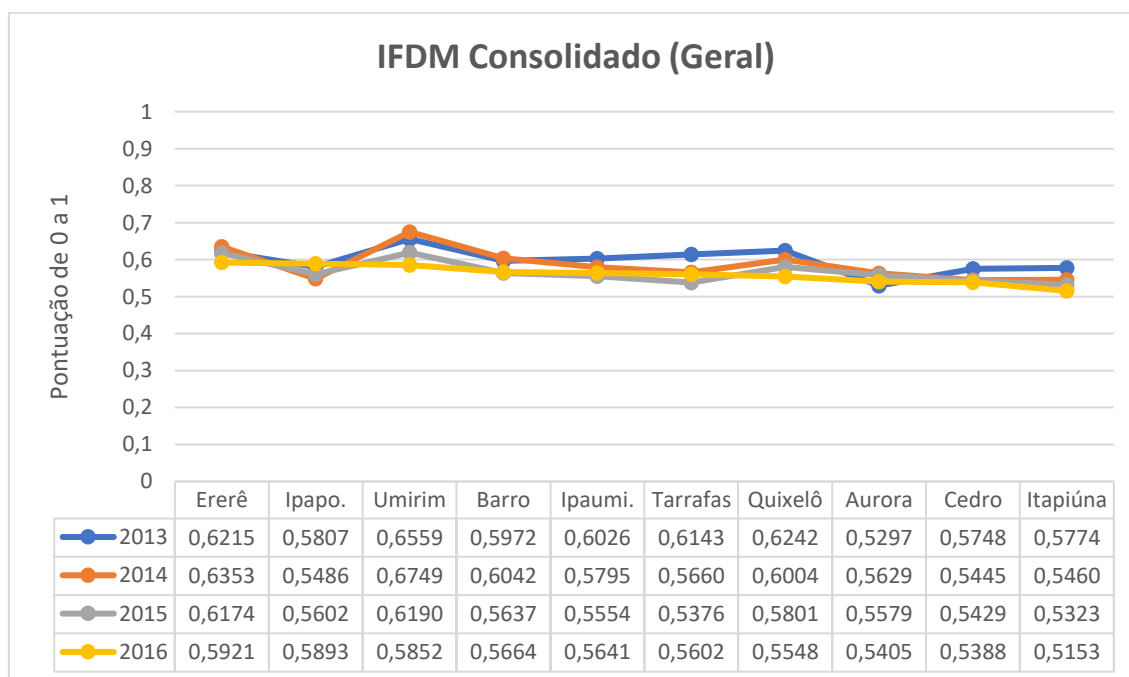
#### 3.2.1 IFDM

Como citado anteriormente, os índices possuem subdivisões, tendo o IFDM as seguintes: Educação, emprego e renda e saúde, que no caso, a pontuação dessas três subdivisões, ou seja, desses três critérios foram o índice consolidado, ou seja, a pontuação IFDM.

### 3.2.1.1 IFDM Consolidado

A seguir os dados da categoria do IFDM Consolidado, que é a média das pontuações dos três critérios citados acima:

Gráfico 11: Índice FIRJAN – IFDM Consolidado (Geral): 10 piores municípios do Ceará no IFDM (2016), 2010 – 2016



Fonte: Adaptado de FIRJAN (2018)

Com base nos dados acima mostrados, nota-se que, apesar de estarem em posições diferentes, todos os municípios possuem pontuação bem próxima, e todos tiveram pontuações de categoria regular ou moderada – Aurora e Itapiúna só obtiveram pontuação de nível regular – com o passar dos anos. Nenhum obteve pontuação para baixo e alto estágio de desenvolvimento, o que mostra ainda mais suas semelhanças.

O destaque vai para os municípios que obtiveram maior número de pontuações de nível regular do IFDM na maioria dos anos, sendo eles: Ererê, Umirim e Quixelô. O porquê disso foi evidenciado anteriormente no presente trabalho, mostrando, com base nos seus indicadores, a razão de terem obtido essa pontuação no IFDM Consolidado.

Quanto aos municípios que tiveram todas as pontuações de nível regular, são eles: Aurora e Itapiúna, quase entrando nessa categoria os municípios de Ipaumirim e Cedro.

Como citado anteriormente, a pontuação desses 10 municípios é bastante semelhante, e o que faz eles possuírem lugares diferentes no ranking IFDM são alguns

detalhes em seus indicadores, que como foi observado e como é mostrando em (FIRJAN 2018), variam com o passar dos anos, indo de recuperação a decaída e vice-versa.

E um dos fatores que fazem a pontuação dos municípios caírem é o indicador Emprego & Renda, e sobre isso é importante observar um fator, como citado por (BELLINGIERI):

“É relevante mencionar que alguns indicadores que compõem o IFDM são bastante sensíveis a variações econômicas de curto prazo. Por exemplo, a dimensão Emprego & Renda leva em conta o crescimento do emprego e da renda, no ano e no triênio, bem como a formalização do mercado de trabalho. Com isso, municípios que passam por oscilações no seu emprego formal, causadas por alguma crise conjuntural, sofrem grande volatilidade em suas posições no IFDM, de um ano para outro.”

Ou seja, o indicador mais complicado nessa análise, possui grande variações a curto prazo.

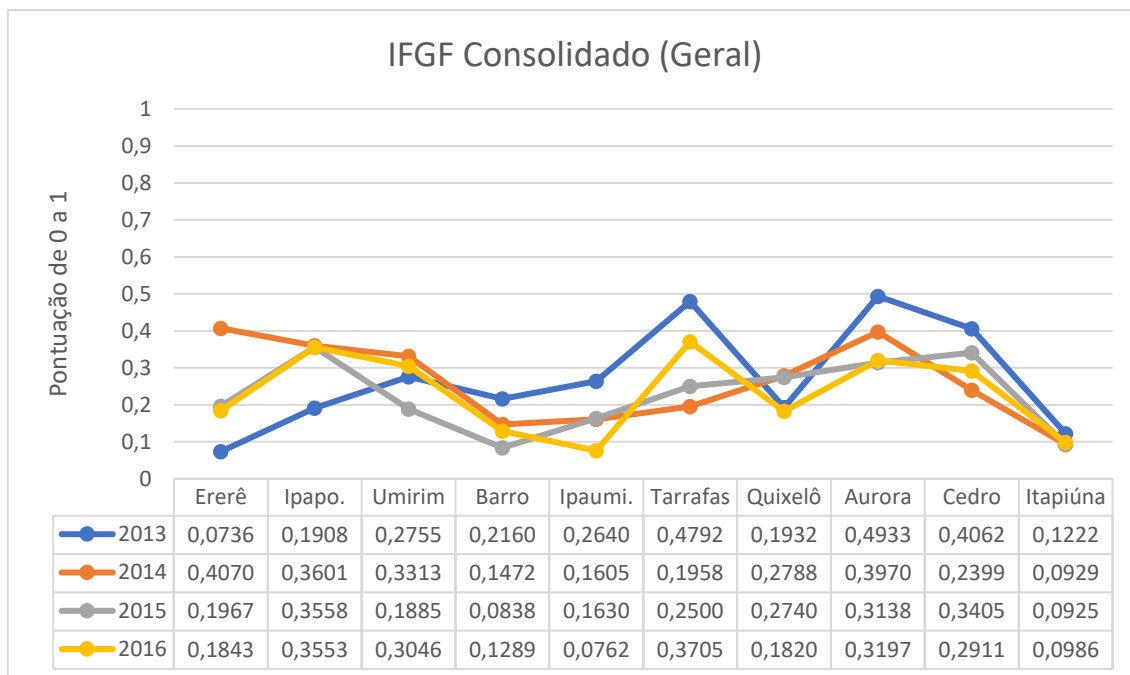
### **3.2.1.2 IFGF**

O IFGF, assim como o IFDM, possui suas subdivisões, seus critérios que formam a pontuação consolidada, o IFGF em si, sendo essas divisões: Autonomia, Gastos com Pessoal, Liquidez e Investimentos. No caso dos dados que serão apresentados a seguir, anos correspondentes são de 2013 a 2016 para coincidir melhor com os anos apresentados no IFDM, pois o IFGF é um índice mais recente, tendo si iniciado no ano de 2013. É importante ressaltar também (e como já citado anteriormente) que, assim como o IFDM, o IFGF possui pontuação de 0 a 1, sendo que quanto mais perto de 1, mais alta a pontuação.

### **3.2.1.3 IFGF Consolidado**

A seguir dos dados do IFGF geral:

Gráfico 12: Índice FIRJAN – IFGF Consolidado (Geral): 10 piores municípios do Ceará no IFDM (2016), 2013 – 2016)



Fonte: Adaptado de FIRJAN (2019)

Conforme apresentado acima, quando se trata de Gestão Fiscal todos os municípios apresentam-se em estado crítico, obtendo pontuação abaixo de 0,4 (ver pontuações que estão em vermelho) que é caracterizado pelo índice como classificado por Gestão Crítica. Apenas quatro vezes alguns desses municípios o tiveram pontuação caracterizado por Gestão em Dificuldade (pontuação entre 0,4 e 0,6) sendo eles: Ererê em 2014, Tarrafas em 2013, Aurora em 2013 e Cedro em 2013. Outro ponto que surpreende são as pontuações abaixo de 0,1, como do caso de Ererê em 2013 e Ipaumirim em 2016. Nenhum dos municípios tiveram pontuação de Boa Gestão ou Gestão de Excelência, o que é preocupante. Nesse caso, para se entender melhor o porquê dessas pontuações serem tão baixas, é necessário analisar outros critérios que formam a pontuação consolidada, mas, vendo o quão algumas delas são muito baixas a ponto de a pontuação ficar abaixo de 0,1, já se tem uma noção que alguns dos dados que serão apresentados a seguir são preocupantes e que alguns municípios em algum dos quatro critérios possuem pontuação extremamente baixa.



## 4 CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo geral examinar o desenvolvimento municipal e gestão fiscal dos 10 municípios piores na pontuação do IFDM no ano base de 2016. O desenvolvimento municipal teve como base de análise o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e a gestão fiscal teve como base de análise o Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF).

Levando isso em consideração, e os resultados obtidos, o objetivo foi alcançado. Os dados foram expostos e examinados e cada município teve sua pontuação de forma individual e conjunta, mostrando assim a pontuação de cada um em ambos os índices propostos para análise.

Quanto ao IFDM – aqui já entrando no cumprimento do primeiro objetivo específico – os resultados de todos os municípios são bem semelhantes, apesar de que, alguns não apresentam melhorias tão significativas como no caso de Aurora e Itapiúna (ambos obtiveram pontuações apenas de nível regular), tendo o segundo obtido o pior resultado com o passar dos anos o levando a pior pontuação no ano de 2016. Municípios como Ererê e Quixelô se destacam pelo fato de obterem pontuação de nível moderado em quase todos os anos aqui expostos. Todos os municípios tiveram variações nas pontuações com o passar dos anos, tendo pontuação de nível regular e moderado (com exceção dos dois citados anteriormente), mas no ano de 2016, todos tiveram pontuações de nível regular, sendo que o município de Ererê ficou bem próximo de ir para pontuação de nível regular e o Município de Itapiúna ficou próximo de obter pontuação de baixo estágio de desenvolvimento. Nenhum dos municípios tiveram pontuação de alto estágio de desenvolvimento com o passar dos anos.

Ver-se que os municípios, possuem maior destaque no indicador “Educação”, sendo o único indicador que se encontra com pontuações de alto estágio de desenvolvimento. Não há nenhuma pontuação de baixo estágio de desenvolvimento nesse indicador em nenhum dos municípios e em nenhum dos anos analisados. A grande maioria das pontuações é de nível moderado, tendo apenas 4 pontuações de nível regular e 2 de alto estágio de desenvolvimento. A menor pontuação é a obtida pelo município de Ipaumirim no ano de 2010 (0,5194), e a maior pontuação foi obtida pelo município de Iporanga no ano de 2016 (0,8291). Nesse indicador, o pior município foi Ipaumirim, que obteve pontuação de nível regular por três anos, não ocorrendo em nenhum outro

município. No ano de 2016, com exceção de Ipaporanga que teve pontuação de alto estágio de desenvolvimento, todos os outros tiveram pontuação regular.

No indicador “Saúde”, se tem também pontuações bem variadas, que vão desde regular a bom estágio de desenvolvimento. Não se encontram pontuações de baixo estágio de desenvolvimento. Nesse indicador, os municípios que tiveram menor desempenho foram os municípios de Ipaporanga e Aurora que tiveram por três anos pontuações de nível regular, fato que acontece em nenhum dos outros municípios analisados. O único município que obteve pontuação de bom estágio de desenvolvimento foi o município de Cedro no ano de 2010. Entende-se, pois, que no geral, esses municípios possuem o desenvolvimento em saúde a nível moderado, contribuindo (junto com o indicador Educação) para sua pontuação no IFDM Consolidado. E o motivo de o IFDM Consolidado muitas vezes não ficar em nível moderado por mais que dois indicadores tenham pontuações que chegam muitas vezes nesse nível, é devido ao terceiro indicador, que será analisado a seguir.

O fator principal que faz esses municípios tem suas pontuações reduzidas no IFDM Consolidado é o indicador “Emprego & Renda”. Nenhum dos municípios, em todos os anos, não atingem pontuação ao menos de nível moderado, tendo a maioria de suas pontuações de nível regular. O que mais impressiona neste indicador é quantidade de pontuações de baixo estágio de desenvolvimento, sendo notável principalmente nos municípios de Ipaporanga, Aurora e Itapiúna, todos eles, com exceção de dois anos, obtiveram pontuações de baixo estágio de desenvolvimento. O que caracteriza então esse indicador em relação a esses municípios? Evidencia que esses municípios possuem dificuldades na geração de emprego e com isso, com a falta de pessoas trabalhando, há também dificuldade na renda.

Quanto ao IFGF – e cumprindo o segundo objetivo específico – a situação fica mais complicada, e se passa a ter uma maior noção das dificuldades enfrentadas por esses municípios e o quanto todos eles estão em uma situação delicada quanto a gestão fiscal. O primeiro ponto a ser levantado é a grande quantidade de pontuações de nível de gestão crítica, tendo algumas poucas vezes pontuações de nível de gestão em dificuldade, sendo que essas pontuações não chegam sequer perto de uma pontuação de boa gestão. Já isso, evidencia que a gestão fiscal nesses municípios está precária e que medidas devem ser tomadas para que os municípios saiam dessa situação e passem a ter uma boa gestão fiscal.

Já no primeiro indicador do IFGF se contra um dos principais motivos de tão baixas pontuações no IFGF Consolidado. O indicador “Autonomia” é o indicador que avalia a capacidade dos municípios se sustentarem, o fato de que os municípios aqui analisados na maioria das vezes e dos anos obterem pontuação 0 é um fator preocupante e evidencia que esses municípios não conseguem se sustentar e com isso pode acabar dependendo de fatores externos. Nesse indicador, o município que destaca é o Município de Tarrafas que em apenas um ano (o ano de 2012) obteve pontuação 0, sendo que nos outros anos obteve pontuações acima de 0, mas ainda sim pontuações de nível Gestão Crítica.

Quando se trata do indicador “Gastos com Pessoal”, a pontuação é variada, indo desde de Gestão Crítica, até Gestão por excelência. É notável que alguns municípios possuem dificuldade quanto a isso, como é possível notar que esses mesmos municípios ultrapassaram o teto oficial que é 60% da RCL, e com isso, como é regra do indicador, receberam pontuação 0. A maior parte da pontuação é de nível crítico, mostrando assim a dificuldade do município que entra em contraste com o primeiro indicador, Autonomia. Como mostrado anteriormente, todos os municípios possuem sérias dificuldades de se sustentarem, e colocando em conjunto o que fica evidenciado no indicador Gastos com Pessoal, é que mesmo da dificuldade de se sustentar, os municípios continuam com gastos com pessoal elevado, alguns até mesmo ultrapassando o teto, tendo pontuação 0 no indicador.

No indicador “Liquidez”, as pontuações variam entre Gestão Crítica e Gestão em Dificuldade. Todos os municípios sem exceção, em algum ano, tiveram pontuação 0, o que evidencia que todos em algum momento deixou restos a pagar maior que a receita em caixa para a gestão anterior. O pior município nesse indicador é o município de Ipaporanga, que obteve pontuação 0 em todos os anos analisados no presente trabalho. É importante ressaltar, que nenhum desses municípios possuem boa gestão em liquidez. E que em alguns casos, uma gestão já inicia com dívidas da gestão anterior, o que dificulta parar esse movimento.

O indicador “Investimento”, é o indicador com as melhores pontuações, sendo possível encontrar 6 pontuações de nível de Gestão por excelência e 7 de boa gestão. O que leva a concluir que esse é o indicador responsável por não deixar que as pontuações dos municípios não caiam ainda mais no IFGF Consolidado.

Comparando ambos os índices – e cumprindo o terceiro objetivo específico – é notável que através do IFGF é possível chegar a algumas conclusões a respeito das pontuações do IFDM. Fica evidente que as melhores pontuações do IFDM são em Saúde e Educação, e a melhor pontuação do IFGF é em Investimentos, o que pode indicar que houve investimentos em saúde e educação nesses municípios, por mais que, apesar disso, não conseguirem obter o nível de alto estágio de desenvolvimento.

Um outro ponto, é que os municípios possuem dificuldades na geração de Emprego & Renda e ao mesmo tempo possuem Gastos com Pessoal elevado, o que pode indicar, que assim, como ocorre em inúmeras cidades no país, principalmente cidades pequenas, um dos principais meios de emprego é a prefeitura, o poderia justificar o alto gasto com pessoal.

Tabela 1 – Síntese da média situação dos municípios nos anos estudados (2013 a 2016).

Síntese da média da situação dos municípios nos anos estudados (2013 a 2016)									
Municípios		Educ.	Saúde	E&R		Auto.	G. Pess.	Liq.	Invest.
Ererê	IFDM	Mod.	Mod.	Reg.	IFGF	Crítica	Crítica	Crít.	Difi.
Ipaporanga		Mod.	Mod.	Baixo		Crítica	Boa	Crít.	Difi.
Umirim		Mod.	Mod.	Reg.		Crítica	Crítica	Crít.	Difi.
Barro		Mod.	Mod.	Baixo		Crítica	Crítica	Crít.	Crít.
Ipaumirim		Mod.	Mod.	Reg.		Crítica	Crítica	Crít.	Crít.
Tarrafas		Mod.	Mod.	Baixo		Crítica	Crítica	Crít.	Exel.
Quixelô		Mod.	Mod.	Baixo		Crítica	Crítica	Crít.	Boa
Aurora		Mod.	Mod.	Baixo		Crítica	Dificul.	Difi.	Boa
Cedro		Mod.	Reg.	Baixo		Crítica	Dificul.	Crít.	Difi.
Itapiúna		Mod.	Mod.	Baixo		Crítica	Crítica	Crít.	Crít.
Legenda IFDM: Azul = Desenvolvimento Moderado; Laranja = Regular; Vermelho = Baixo.						Legenda IFGF: Vermelho = Gestão Crítica; Verde = Boa; Amarelo = em Dificuldade; Azul = Excelência.			

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de FIRJAN 2018 e 2019

Conclui-se, pois, por esses motivos e outros evidentes, que a gestão fiscal tem influência direta no desenvolvimento municipal, e que os municípios com gestão fiscal em dificuldade possuem desenvolvimento crítico ou mesmo em dificuldade e que enquanto não corrigirem tal dificuldade, não conseguiram aumentar o nível de

desenvolvimento, ou seja, não conseguiram crescer. Com isso, se pode dizer que o IFGF entra em contraste com o IFDM, apesar de existir, por mutas vezes um fator temporal, ou seja, o fato de um município obter pontuação crítica no IFGF em um determinado ano, não quer dizer que naquele exato ano o município terá pontuação ruim no IFDM, mas que isso pode impactar nos anos seguintes.

Partindo desses pressupostos, fica evidente o porquê de esses municípios terem chegado às dez piores colocações do IFDM no ano base de 2016, com a análise e comparação com o IFGF, isso fica melhor evidente.

## REFERÊNCIAS

BELLINGIERI, Julio Cesar. **Mensurando o desenvolvimento dos municípios paulistas: uma descrição crítica do IDHM, IFDM e IPRS**. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 41, v. 1, p. 21-44, Jan./Jun. 2019.

BEUREN, I. M, RAUPP, F. M. In: BEUREN, Ilse Maria (org). **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade – Teoria e Prática**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BRASIL, Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal. Disponível em: < [http // www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm)>. Acesso: de 15 dez de 2019.

Ervilha, G. T., Alves, F. F., & Gomes, A. P. (2013). **Desenvolvimento municipal e eficiência dos gastos públicos na Bahia**: Uma análise do IFDM a partir da metodologia DEA. Revista Bahia Análise & Dados, 23(3), 553-566.

FIRJAN, **Anexo metodológico IFGF**. 2019. Disponível em: < [https://www.firjan.com.br/data/files/1E/66/FA/5E/C1C5E610213FB5E6A8A809C2/IFGF-2019\\_anexo-metodologico2.pdf](https://www.firjan.com.br/data/files/1E/66/FA/5E/C1C5E610213FB5E6A8A809C2/IFGF-2019_anexo-metodologico2.pdf) >. Acesso em: 20 de nov. De 2019.

FIRJAN. **Conheça**. 2019. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/firjan/>>. Acesso em: 11 dez. 2019.

FIRJAN, **Evolução do IFDM Educação - 2005 A 2016**. 2018. Disponível em: < [https://www.firjan.com.br/data/files/5B/F3/48/87/F1B8461049FF6646A8A809C2/Evolu\\_o%20do%20IFDM%20Educa\\_o%20-%202005%20a%202016.xlsx](https://www.firjan.com.br/data/files/5B/F3/48/87/F1B8461049FF6646A8A809C2/Evolu_o%20do%20IFDM%20Educa_o%20-%202005%20a%202016.xlsx)>. Acesso em: 20 de nov. De 2019.

FIRJAN, **Evolução do IFDM Emprego & Renda - 2005 A 2016**. 2018. Disponível em: <[https://www.firjan.com.br/data/files/2E/F3/1F/87/F1B8461049FF6646A8A809C2/Evolu\\_o%20do%20IFDM%20EmpregoRenda%20-%202005%20a%202016.xlsx](https://www.firjan.com.br/data/files/2E/F3/1F/87/F1B8461049FF6646A8A809C2/Evolu_o%20do%20IFDM%20EmpregoRenda%20-%202005%20a%202016.xlsx)>. Acesso em: 20 de nov. De 2019.

FIRJAN, **Evolução do IFDM Saúde - 2005 A 2016**. 2018. Disponível em: < [https://www.firjan.com.br/data/files/04/04/CC/97/F1B8461049FF6646A8A809C2/Evolu\\_o%20do%20IFDM%20Sa\\_de%20-%202005%20a%202016.xlsx](https://www.firjan.com.br/data/files/04/04/CC/97/F1B8461049FF6646A8A809C2/Evolu_o%20do%20IFDM%20Sa_de%20-%202005%20a%202016.xlsx)>. Acesso em: 20 de nov. De 2019.

FIRJAN, **Evolução do IFDM Geral - 2005 A 2016**. 2018. Disponível em: <[https://www.firjan.com.br/data/files/11/04/E5/97/F1B8461049FF6646A8A809C2/Evolu\\_\\_o%20do%20IFDM%20Geral%20-%202005%20a%202016.xlsx](https://www.firjan.com.br/data/files/11/04/E5/97/F1B8461049FF6646A8A809C2/Evolu__o%20do%20IFDM%20Geral%20-%202005%20a%202016.xlsx)>. Acesso em: 20 de nov. De 2019.

FIRJAN, **Evolução do IFGF por indicador - 2013 a 2018**. 2019. Disponível em: <[https://www.firjan.com.br/data/files/7B/91/01/B7/04E1E610B71B21E6A8A809C2/IFGF-2019\\_evolucao-serie-historica\\_2013-a-2018.xlsx](https://www.firjan.com.br/data/files/7B/91/01/B7/04E1E610B71B21E6A8A809C2/IFGF-2019_evolucao-serie-historica_2013-a-2018.xlsx)>. Acesso em: 20 de nov. De 2019.

FIRJAN, **Índice Firjan de Gestão Fiscal**. 2017. Disponível em: <[http://www.firjan.com.br/data/files/4A/B0/A3/B1/C4CCD51063C6AAD5A8A809C2/IFGF%202017%20-%20An\\_lise%20Especial%20-%20Vers\\_o%20Completa.pdf](http://www.firjan.com.br/data/files/4A/B0/A3/B1/C4CCD51063C6AAD5A8A809C2/IFGF%202017%20-%20An_lise%20Especial%20-%20Vers_o%20Completa.pdf)>. Acesso em: 5 de fev. De 2021.

FIRJAN, **Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal**. 2018. Disponível em: <[https://www.firjan.com.br/data/files/67/A0/18/D6/CF834610C4FC8246F8A809C2/IFDM\\_2018.pdf](https://www.firjan.com.br/data/files/67/A0/18/D6/CF834610C4FC8246F8A809C2/IFDM_2018.pdf)>. Acesso em: 20 de nov. De 2019.

FIRJAN, **Metodologia IFDM**. 2018. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/data/files/E8/06/F0/D5/58E1B610E6543AA6A8A809C2/Metodologia%20IFDM%20-%20Final.pdf>>. Acesso em: 20 de nov. De 2019.

FIRJAN, **Índice Firjan de Gestão Fiscal**. 2019. Disponível em: <[https://www.firjan.com.br/data/files/8F/50/19/81/B2E1E610B71B21E6A8A809C2/IFGF-2019\\_estudo-completo.pdf](https://www.firjan.com.br/data/files/8F/50/19/81/B2E1E610B71B21E6A8A809C2/IFGF-2019_estudo-completo.pdf)>. Acesso em: 20 de nov. De 2019.

FOLHA DE S. PAULO (23 de agosto de 2009). **Cálculo usado pela FIRJAN é diferente do IDH**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2308200913.htm>> Acesso em 11 de nov. de 2019

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

INEP. **Sobre o Inep**. 2019. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sobre-oinep>>. Acesso em: 13 dez. 2019.

INEP. **Censo Escolar**. 2019. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>>. Acesso em: 13 dez. 2019.

INEP. **Ideb**. 2019. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/ideb>>. Acesso em: 13 dez. 2019.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais no Brasil**. Campinas: Alínea, 2001.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil**. Revista do Serviço Público, Brasília, v. 56, n. 2, p. 137-160, abr./jun. 2005. Disponível em: <<http://www.conei.sp.gov.br/ind/ind-sociais-revista-serv-publico.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2009.

KLERING, L. R.; KRUEL, A. J.; STRANZ, E. **Os pequenos municípios do Brasil – uma análise a partir de índices de gestão**. Análise – Revista de Administração da PUCRS, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 31-44, 2012.

LIMA E CASTRO, Diana Vaz de, Robison Gonçalves de. **Contabilidade Pública**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LOUZANO, João Paulo de Oliveira; ABRANTES, Luiz Antonio; FERREIRA, Marco Aurélio Marques and ZUCCOLOTTO, Robson. **Causalidade de Granger do índice de desenvolvimento socioeconômico na gestão fiscal dos municípios brasileiros**. Rev. Adm. Pública [online]. 2019, vol.53, n.3, pp.610-627. Epub 15 de Julho de 2019. ISSN 1982-3134.

NASCIMENTO, E. R.; DEBUS, I. **Lei complementar n° 101/2000**: entendendo a lei de responsabilidade fiscal. Brasília: ESAF, 2002

OLIVEIRA, Marinalva de Jesus; SILVA, Edson Arlindo. **Eficiência na Gestão Fiscal Pública e o Desenvolvimento Socioeconômico dos Municípios da Microrregião de Cataguases – MG**. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNO, 2012. Salvador, BA. Disponível em: <[http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2012\\_EnAPG446.pdf](http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2012_EnAPG446.pdf)>. Acesso em: 14 dez. 2019.

RAMPAZZO, L. **Metodologia científica**: para alunos dos cursos de graduação e pósgraduação. São Paulo: Loyola, 2002.

SIEDENBERG, D. R. **Indicadores de desenvolvimento socioeconômico**: Uma síntese. Desenvolvimento em Questão, Ijuí, v.1, n.1, p.45-71, 2003.

SOUSA, Paulo Francisco Barbosa; LIMA, Alexandre Oliveira; GOMES, Amanda de Oliveira; NASCIMENTO, Cicero Philip Soares do; PETER, Maria da Glória Arrais;



MACHADO, Marcus Vinicius Veras. **Desenvolvimento Municipal e Cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal: Uma Análise dos Municípios Brasileiros Utilizando Dados em Painel.** In: XXXVI ENCONTRO DA ANPAD, 2012. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <[http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2012\\_CON1531.pdf](http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2012_CON1531.pdf)>. Acesso em: 19 mar. 2020.

VELLOSO, Raúl. **Ajuste do gasto da união e retomada do crescimento econômico.** São Paulo: Etc, 2006.

VIGNOLI, Francisco Humberto. **Legislação e Execução Orçamentária.** In: BIDERMAN, Ciro e ARVATE, Paulo (org). **Economia do Setor Público no Brasil.** Rio de Janeiro: Campus / Elsevier, 2004.